

MESTRADO EM TEMAS DE PSICOLOGIA
PSICOGERONTOLOGIA

“Um amor sublime”

Expetativas de idosos e profissionais,
acerca da integração de animais em
estruturas residenciais para idosos

Sara Correia

M

2018



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

“UM AMOR SUBLIME”
EXPETATIVAS DE IDOSOS E PROFISSIONAIS, ACERCA DA INTEGRAÇÃO
DE ANIMAIS EM ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA IDOSOS

Sara Alexandra Ferreira Correia

Outubro 2018

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicogerontologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade
do Porto, orientada pela Prof. ^a Doutora **Raquel Barbosa** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Um especial agradecimento

a todas as pessoas que compartilharam a sua história de amor e amizade, com o seu animal de estimação,

às instituições, que calorosamente abriram as suas portas para me receber,

aos técnicos e colaboradores, que disponibilizaram um pouco do seu (apertado) tempo a trocar ideias,

à Prof. Raquel Barbosa, por toda a disponibilidade e atenção,

à minha família, pelo apoio incondicional,

ao “Tico” e ao “Chico”, por serem o ponto de partida para esta aventura,

Obrigada.

Resumo

A relação com o animal de estimação é uma importante fonte de afeto. Os benefícios do contacto com animais estão amplamente estudados, inclusive na idade mais avançada. A entrada para uma instituição é uma das decisões mais difíceis na vida de um idoso, envolvendo perdas e corte de laços, incluindo com o seu animal de estimação. O presente estudo procura contribuir para uma compreensão do papel do animal na vida do idoso e da sua (possível) integração, em estruturas residenciais para idosos. Foi realizado um estudo qualitativo e de carácter exploratório, com recurso a entrevistas semiestruturadas. Participaram 35 indivíduos, de ambos os sexos, nomeadamente quinze idosos, onze técnicos e nove colaboradores. Os participantes idosos, seis homens e nove mulheres têm idades compreendidas entre os 66 e os 98 anos ($M = 80,06$; $DP = 10,04$). O grupo dos técnicos é constituído por 11 participantes, nove do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 24 e os 63 anos ($M = 36,75$ e $DP = 10,24$). Os nove colaboradores são todos do sexo feminino e com idades compreendidas entre os 22 e os 52 anos ($M = 37,44$ e $DP = 10,99$). Os resultados permitem concluir que para o idoso, o animal é como um membro da família ou um amigo. As principais vantagens em ter um animal de estimação são a companhia, a segurança física e emocional. Relativamente às desvantagens destacam-se o possível comportamento agressivo do animal e a transmissão de doenças. Perante uma eventual institucionalização, a maioria dos idosos manifesta vontade em levar o seu animal, contudo assume que as instituições não autorizam a entrada e permanência. Os profissionais reconhecem os benefícios da relação entre o idoso e o seu animal de estimação, no entanto revelam que as instituições não estão preparadas para os receber conjuntamente. As questões de saúde, logísticas e internas constituem os principais entraves apontados.

Palavras-chave: idoso; relação; animal; institucionalização

Abstract

The human and pet relationship is an important source of affection. The benefits of this relationship are under study, even in older age. One of the most challenging situations facing older people is moving into a retirement home, involving loss and break of relationships, inclusive with their pets. This study conveys to contribute to a better understanding of the animal's role in the life of older people and their (possible) integration in a retirement home. A qualitative and exploratory research approach were applied using semi-structured interviews. Thirty-five individuals, from both genders participated in the study, fifteen elderly, eleven technicians and nine nursing assistants. The elderly group consist of six males and nine females with ages between 66 and 98 years old ($M=80,06$; $SD=10,04$). Eleven participants in total constitute the technicians' group, nine females and two males, aged between 24 and 63 years old ($M = 36,75$; $SD= 10,24$). Nine females constitute the nursing assistant's group with ages between 22 and 52 years old ($M = 37,44$; $SD= 10,99$). The results allowed demonstrating that for the elderly, pets are a family member or a friend. The main advantages in having a pet are companionship in addition to physical and emotional security. Concerning disadvantages, it stands out the possible aggressive behavior of the animal and the transmission of diseases. Upon the (possible) entrance to a retirement home, most of the elderly demonstrates a desire to take their animal with them, however they assume that institutions do not allow the entry and stay of pets. Although the professionals working in retirement homes recognise the benefits of the relationship between older people and pet, admit to not being prepared to receive them together. Questions regarding health concerns, logistics and internal issues constitute the main barriers identified.

Keywords: older people; relationship; pet; institutionalization

Resumé

Le rapport avec un animal de compagnie est une importante source d'affection. Les avantages du contact avec des animaux sont largement étudiés, notamment chez les personnes âgées. L'admission dans une maison de retraite est une des décisions les plus difficiles, due à la perte de contact avec la société et aussi avec ses animaux domestiques. Cette étude cherche à comprendre de rôle d'un animal auprès des personnes âgées, et d'une possible intégration en maison de retraite. Il s'agit d'une étude qualitative, de caractère exploratoire, faisant appel à des entretiens semi-structurés. L'échantillon est composé de 35 personnes, incluant quinze personnes âgées, onze techniciens et neuf collaborateurs. Des 15 personnes âgées, on a six hommes et neuf femmes, avec une moyenne d'âge entre les 66 et 98 ans ($M=80,06$; $ET=10,04$). Le groupe de techniciens est formé de onze personnes, neuf femmes et deux hommes, entre les 24 et 63 ans ($M = 36,75$ et $ET= 10,24$). Les neuf collaborateurs sont tous du sexe féminin, entre les 22 et 52 ans ($M = 37,44$ et $ET= 10,99$). Les résultats reconnaissent que pour le sujet âgé, l'animal est vu comme une personne de sa famille ou comme un ami. Le principal avantage d'avoir un animal de compagnie est la sécurité physique et émotionnelle. En ce qui concerne les inconvénients, on démarque l'éventuelle agressivité de l'animal et la transmission de maladies. Face à la possibilité d'être accueillie en maison de retraite, la plupart des sujets souhaitent emmener leurs animaux de compagnie, mais ils savent que cela est très difficile car ces institutions n'ont pas les conditions requises. Les professionnels reconnaissent les bienfaits du rapport entre les personnes âgées et leurs animaux, mais révèlent toutefois, que les institutions ne sont pas préparées à les recevoir ensemble. Les principaux facteurs indiqués sont d'ordre interne, de la santé et logistique.

Mots-clés: personnes âgées; rapport; animal; maison de retraite

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento teórico	
1. A institucionalização e o contexto português	4
1.1 A institucionalização como fenómeno social	5
2. Ter um animal de estimação	6
2.1 Animal de estimação – definição	6
2.2 Aspetos positivos e negativos em ter um animal de estimação.....	7
2.3 A relação dono-animal	9
2.4 A relação idoso e animal de estimação	10
2.4.1 O animal em contexto institucional: instituições de acolhimento de idosos.....	11
3. Os benefícios terapêuticos dos animais	13
3.1 Terapia assistida por animais (TAA) e Atividade Assistida por Animais (AAA)	14
Capítulo II – Método	
1. Opção metodológica	16
2. Participantes	16
3. Instrumento	17
4. Procedimentos	
a) Procedimento de recolha de dados	18
b) Procedimento de análise de dados	19
Capítulo III – Resultados e Discussão	
1. A relação do idoso com o seu animal de estimação	20
2. O animal em contexto institucional	29
Capítulo IV - Conclusão	43
Referências bibliográficas	46
Anexos	54

Índice de figuras

Figura 1. Subcategorias da categoria “Relação do idoso com o seu animal de estimação”.....	20
Figura 2. Subcategorias da categoria “O animal em contexto institucional”	30

Índice de Anexos

Anexo A. Pedido de colaboração – Idosos	55
Anexo B. Pedido de colaboração – Profissionais	56
Anexo C. Consentimento informado	57
Anexo D. Guião de entrevista – Idoso	58
Anexo E. Guião de entrevista – Profissional	60
Anexo F. Tabelas de caracterização dos participantes	
Tabela 1. Caracterização dos Idosos	62
Tabela 2. Caracterização dos Técnicos	63
Tabela 3. Caracterização dos Colaboradores	64
Tabela 4. Caracterização das Instituições	65
Anexo G. Quadro de categorias e subcategorias	
Quadro 1. Categoria “Relação do idoso com o seu animal de estimação”	66
Quadro 2. Categoria “O animal em contexto institucional”.....	69

Abreviaturas e siglas

AAA – Atividade Assistida por Animais

AAD – Auxiliar de Ação Direta

AVD – Atividades Instrumentais de Vida Diária

AVC – Acidente Vascular Cerebral

AVD – Atividades de Vida Diária

BE – Bloco de Esquerda

DESA - Department of Economic and Social Affairs

ERPI – Estrutura Residencial para Idosos

EUA – Estados Unidos da América

GfK - Growth from Knowledge

HCCP - Hazard Analysis and Critical Control Point

IFA - International Federation on Ageing

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

PAN – Pessoas-Animais-Natureza

PFMA - Pet Food Manufacturer's Association

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SCAS - Society for Companion Animal Studies

TAA - Terapia Assistida por Animais

Introdução

Envelhecer é um processo biológico, psicológico e social, com início antes do nascimento e prolongando-se ao longo da vida.

Em 2017, e de acordo com o relatório *“World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables”*, das Nações Unidas, a população europeia com 60 ou mais anos, atinja os 25%. As previsões apontam para um aumento da população sénior até 2050, duplicando o número de indivíduos com mais de 60 e triplicando, os com mais de 80 anos. Em Portugal, de acordo com o mesmo relatório, 28% da população era idosa. (DESA, 2017)

O contacto com animais e a sua domesticação remonta à época primitiva e de acordo com Serpell e Paul (2011) pode dever-se a razões sociais ou emocionais (e.g. animais de estimação) ou económicas e práticas (e.g. animais de quinta). A Associação Americana de Medicina Veterinária define o vínculo entre o ser humano e animal como uma *“relação benéfica, mútua e dinâmica (...) influenciada por comportamentos essenciais para a saúde e o bem-estar de ambas as partes”*. Os benefícios do contacto com animais são amplamente estudado em vários tipos de população e contextos, inclusive na terceira idade. Em Portugal, foi criada a lei nº8/2017 que estabelece um estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de *“seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza”*.

A institucionalização do idoso é percecionada como o último recurso, perante a impossibilidade de encontrar uma resposta satisfatória às suas necessidades. A saída de casa para um lar implica mudanças e cortes, nomeadamente nas relações estabelecidas, inclusive com o próprio animal de estimação. O que acontece ao animal de estimação, quando o idoso entra para um lar? Que meios dispõem as instituições de acolhimento de idosos, de forma a integrar os animais de estimação, dos futuros residentes?

Na revisão de literatura efetuada sobre a importância da relação do idoso com o seu animal, em associação à institucionalização destaca-se o trabalho de June McNicholas, com o estudo de Coventry realizado em 1991, no Reino Unido. Este

estudo pretendia relacionar a separação ou perda do animal (e.g. eutanásia), com a institucionalização do idoso. A separação/perda do animal pode desencadear reações semelhantes a um luto, como: tristeza, problemas de sono e agravamento de problemas de saúde, dependendo da importância que o animal adquire na vida da pessoa. Posteriormente e com base no estudo de Coventry, um projeto da Joseph Rowntree Foundation, apurou que no processo de admissão a uma instituição de acolhimento de idosos, nunca era questionado se o idoso possuía um animal de estimação. Assim como, os profissionais não estavam consciencializados sobre a hipótese de um (possível) processo de luto emergir, a partir da separação do animal, quando o idoso é institucionalizado. (McNicholas, 2014). Em Portugal, no entanto, conclui-se existir uma lacuna nos estudos, dentro desta temática.

Uma vez que o animal assume cada vez mais um papel de destaque na vida do idoso, sendo por vezes o seu único meio relacional e fonte de suporte emocional, importa refletir sobre o valor da relação e as possíveis consequências do seu corte, aquando da institucionalização do idoso.

Neste sentido, o presente estudo procura contribuir para uma compreensão do papel do animal na vida do idoso e da sua (possível) integração em instituições de acolhimento de idosos, nomeadamente em ERPI (Estruturas Residenciais para Idosos). O principal objetivo é o de explorar as expectativas de idosos e de profissionais, acerca da integração de animais de estimação em instituições de acolhimento a idosos. Os objetivos específicos passam por (1) Perceber a importância da relação entre idoso e animal; (2) Perspetivar qual o futuro do animal, perante a possível institucionalização do dono e (3) Identificar a perspetiva de idosos e de profissionais, que trabalham em estruturas residenciais para idosos, nomeadamente apurar vantagens e desvantagens resultantes, da integração de animais de estimação, nestas instituições.

O estudo é constituído por quatro capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao enquadramento teórico sobre os temas: institucionalização como fenómeno e caracterização no contexto português; definição de animal de estimação e exploração da relação homem e animal, nomeadamente vantagens e desvantagens; relação entre o idoso e o animal de estimação e a presença do

animal, em contexto institucional, assim como os benefícios terapêuticos dos animais, nomeadamente em intervenções e atividades. No capítulo II é descrita a metodologia utilizada, contendo a descrição dos participantes, os instrumentos utilizados e os procedimentos de recolha e tratamento de dados. Relativamente ao terceiro capítulo, são apresentados e discutidos os resultados obtidos. Por fim, no capítulo IV expõem-se as conclusões, assim como as limitações e sugestões para futuras investigações.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1. A institucionalização e o contexto português

O envelhecimento da população veio trazer novos desafios às entidades governamentais, à sociedade e às famílias. Segundo Carvalho e Dias (2011), a adaptação social ao envelhecimento é caracterizada pela reestruturação dos sistemas de reforma, dos regimes de previdência social e pelo aumento das instituições de apoio à velhice.

Em Portugal, e conforme o Instituto Nacional de Estatística, o envelhecimento demográfico continua a acentuar-se, com a população de idade igual ou superior a 65 anos a representar 21,5% da população total (INE, 2017). A Carta Social, no seu relatório de 2015 referia que a população idosa estava localizada sobretudo no interior do país. Segundo os Censos de 2011, 90 637 pessoas residiam em instituições de apoio social, maioritariamente idosos acima dos 70 anos e do sexo feminino. Ainda em 2015 existia um registo de 2418 estruturas residenciais para idosos (ERPI), compostas maioritariamente por idosos com 75 ou mais anos (84%), sendo que 5 % dos utentes tinham idade igual ou superior a 95 anos (Carta Social, 2015) Segundo este relatório, as principais respostas dirigidas às pessoas idosas são as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), os Centros de Dia e os Serviços de Apoio Domiciliário para idosos (SAD).

A estrutura residencial para idosos (ERPI) é definida como “o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem”. (artigo 1º, Portaria n.º 67/2012 de 21 de março) Para além da promoção da inclusão e da participação na comunidade, estas respostas sociais procuram satisfazer as atividades da vida diária (AVD) e as atividades instrumentais da vida diária (AIVD) dos utentes, independentemente do seu grau de autonomia/dependência e de este residir na sua habitação ou numa instituição.

Face ao progressivo envelhecimento da população e à satisfação das suas necessidades urge organizar respostas sociais adequadas.

1.1 A institucionalização como fenómeno social

O percurso de vida de um individuo, segundo Fiske e Chiriboga (1990, cit. in Fonseca, 2012) é marcado por acontecimentos de vida e transições, com impacto ao nível do funcionamento psicológico, da saúde física e do conceito de si mesmo. Para Schlossberg, Anderson e Goodman (2012), as transições são caracterizadas por qualquer acontecimento ou não acontecimento, que se traduza em alteração nas relações, rotinas e papéis. Deste modo a institucionalização pode considerar-se como uma transição, no processo de vida do idoso.

A institucionalização, para Sousa, Figueiredo e Cerqueira (2004) caracteriza-se pela mudança do idoso de habitação para uma instituição especializada, por um curto ou longo espaço de tempo. Assim, entende-se por institucionalizado, o idoso que *“está durante todo o dia ou parte dele entregue aos cuidados de uma instituição que não a sua família”* (Jacob, 2007, p.16). Perante as mudanças na estrutura familiar e social e na ausência de uma resposta satisfatória à satisfação das necessidades físicas, psíquicas e sociais do idoso, a institucionalização é uma opção a considerar.

A entrada para um lar poderá representar um evento stressante, caracterizada pelo abandono do espaço físico e pela diminuição da rede de contatos. Faria e Carmo (2015) apontam a institucionalização do idoso como uma transição, com implicações para o seu funcionamento individual, gerando perdas e ganhos, intra e interpessoais. Do ponto de psicológico, e segundo Cardão (2009), a institucionalização centra-se *“na procura de vínculos alternativos, numa outra relação de apoio e proteção, a fim de que o resto das suas vidas possa ser vivido em segurança.”* (p.40).

Como fenómeno social, e de acordo com Amaro (2013), a institucionalização exige ao idoso a adaptação *“a um espaço físico e social mais restritivo e impessoal”* (p.18). Uma adaptação bem-sucedida dependerá de vários fatores, como: a personalidade e a forma como envelheceu; fatores ambientais; fatores culturais e das redes de apoio formal e informal. Assim, dificuldades de adaptação podem dever-se a perdas, desencadeando quadros de depressão, ansiedade, reações psicossomáticas, afastamento e descompromisso (Pimentel, 2001). A família, como

rede de apoio informal, assume um papel fundamental neste processo, através da manutenção vínculos afetivos e dos contactos com o exterior (Amaro, 2013).

2. Ter um animal de estimação

2.1. Animal de estimação: definição

Crego e Santos (2002) definem “animal de estimação” como um animal de companhia, a partir do qual não é possível obter benefícios económicos, necessitando de cuidados e considerado como um membro integrante da família. Para Martins (2018), o termo “animal de estimação” adquire *“uma maior carga afetiva, intimidade, proximidade e familiaridade”* (p.25), em comparação com os animais domésticos, nomeadamente animais selvagens que foram domesticados pelo homem. Atkinson (cit. in Crego & Santos, 2002) propõe a divisão de animais de estimação em três grupos: os ambientais, os de primeiro plano e os de contato. Os animais ambientais são peixes, pássaros e tartarugas, que exigem poucos cuidados e não saem de casa. Os animais de primeiro plano, por sua vez ocupam um lugar importante na vida dos donos, contudo não intervêm na relação com outras pessoas (e.g. gato). Por último, os animais de contato auxiliam no desenvolvimento de relações com outras pessoas e exigem cuidados, como o cão. Posteriormente, foram adicionados mais dois grupos de animais: os exóticos (aranhas e cobras) e os não de companhia (galinhas, porcos e vacas). Nem todos os animais proporcionam os mesmos efeitos, uma vez que alguns são mais ativos e interagem mais (e.g. gato ou cão) e outros são mais passivos (e.g. pássaro ou peixe).

Na lei portuguesa, o conceito de “animal de estimação” é substituído por “animal de companhia” caracterizado por *“qualquer animal detido ou destinado a ser detido pelo homem, designadamente, no seu lar, para seu entretenimento e companhia”*. (artigo 2º, alínea a, Decreto-Lei nº 271/2001, p. 6572). A Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia reconheceu no seu preâmbulo *“a importância dos animais de companhia em virtude da sua contribuição para a qualidade de vida, e por conseguinte, o seu valor para a sociedade”* (Decreto nº n.º13/93, de 13 de abril). Em Portugal, a 1 de Maio de 2017

entrou em vigor a lei nº8/2017, resultado da colaboração entre os partidos PS, PAN, PSD e BE. Esta lei veio alterar o estatuto do animal, nomeadamente nos seguintes parâmetros: estatuto, propriedade, aquisição, animais perdidos, comunhão de bens, indemnização por lesão ou morte do animal e furtos. Ormerod (2012) sintetiza os principais desenvolvimentos a nível internacional relativamente a políticas de apoio animal. Desde 1975, em França, ter um animal é um direito humano. Nos estados da Califórnia e Arizona (EUA), em 1980, foram aprovadas leis que garantiam aos idosos manter os seus animais de estimação, aquando da sua entrada para um lar. Em 1995, após o Sismo de Kobe no Japão, foram criados os “pet owner committees”, com objetivo de elaborar regras, informar novos inquilinos e prestar assessoria, relativamente às políticas animais existentes.

2.2 Aspetos positivos e negativos em ter um animal de estimação

Obter ou manter um animal de estimulação requer uma reflexão entre as vantagens e desvantagens que possam advir, baseando-se segundo Anderson, Lord, Hill e McCune, (2015), numa escolha e compromisso a longo termo.

Crego e Santos (2002) dividem os benefícios em ter um animal de estimação, em três tipos: físicos, psíquicos e sociais. Os benefícios físicos relacionam-se com a recuperação de doenças (e.g. AVC, enfarte e cancro), diminuição da frequência cardíaca e pressão arterial, aumento da atividade física, assim como maior taxa de sobrevivência, em indivíduos que tenham sofrido cardiopatia isquémica. Acariciar um animal tem o mesmo efeito que a toma de medicação, devido ao seu efeito tranquilizador. Vários estudos apontam os benefícios a nível físico, concluindo que idosos que possuíam animais de estimação referiam ter menos stresse e menos idas ao médico, num período de um ano, comparativamente com idosos que não possuíam animais (Poestges et al., 2016; Siegel, 1990, cit in Sable, 1995; Wells, 2009).

Os benefícios psicológicos traduzem-se num aumento da autoestima, relaxamento, segurança, suporte emocional (em caso de luto ou divórcio), diminuição do stresse e redução da ansiedade. O animal representa uma fonte de apoio, perante por exemplo, uma situação de isolamento. Uma vez que o animal não emite julgamentos ou críticas e está sempre presente nos momentos difíceis, proporciona uma satisfação intrínseca, facilitando a diversão e a espontaneidade,

promovendo uma maior qualidade de vida (Crego & Santos, 2003). O contacto físico, através do toque constitui uma importante forma de afeto, para o idoso. (Ormerod, 2012; Prosser et al., 2008; Scheibek, 2011) A relação com o animal possibilita ao idoso um aumento de autoestima, um sentimento de utilidade e dá um sentido à vida (Nebbe, 2001 cit in Smolkovic et al., 2012; Ormerod, 2012). O companheirismo é referido como uma das principais razões para obter um animal de estimação (Ferreira, 2012; Heathcote, 2010; McNicholas, 2006; Scheibek, 2011; Wells, 2009).

A falta de relações sociais constitui um risco para a saúde e satisfação de vida (Ferreira, 2012; McNicholas, 2006). Assim, os benefícios sociais resultantes do contato com animais passam pela interação social, conduzindo ao desenvolvimento de novas amizades (Prosser et al., 2008; Rogers et al., 1993; Wells, 2009) e, conseqüentemente, ao declínio da solidão (Ormerod, 2012; Sable, 1995; Scheibeck et. al., 2011), surtindo um efeito positivo. Para Nebbe (2001 cit. in Smolkovic et al., 2012) a relação dono-animal pode ser simples, segura e com poucos riscos, pois o animal possui qualidades para satisfazer as necessidades básicas do ser humano, como o sentir-se amado.

Contudo, ter um animal de estimação não é, por si só, um fator de melhoria de saúde e qualidade de vida. Martins e colaboradores (2014) referem que os efeitos positivos do convívio com animais estão diretamente relacionados com o laço estabelecido e não apenas pela posse do animal. De acordo com os autores, este o laço relaciona-se com questões culturais e demográficas, assim como o género e a idade do indivíduo. Marinelli et al. (2007, cit in Martins et al., 2014), num estudo sobre a qualidade de vida de cães, tendo em conta a influência do dono e as características do animal, concluíram que existia um laço de melhor qualidade entre dono-animal em indivíduos que tinham convivido com animais na infância, que viviam sozinhos e não tinham contato com crianças, não partilhando também o cuidado dos animais, com outras pessoas.

No entanto, alguns estudos apontam que ter um animal de estimação não é um fator positivo. Os animais podem interferir: nas relações humanas; nos cuidados de saúde, como desencadear alergias ou evitamento em obter cuidados médicos e de saúde necessários e, por fim, com a possibilidade de desencadear um luto

patológico, após separação ou morte do animal. Salienta-se a importância do exercício físico e do contato social, como fontes promotoras de saúde (Garrity et al., 1989; IFA, 2014; Raina et al., 1999; Winefield et al., 2008).

2.3. A importância da relação dono-animal

A ligação entre o homem e o animal remonta à pré-história, nomeadamente ao período Mesolítico, considerado um período no qual o ambiente social e económico era o mais favorável ao início da domesticação (Messent & Serpell, 1981). Posteriormente, e segundo Thomas (1993, cit in Vining, 2003), a industrialização e a urbanização contribuíram para um afastamento entre ambos, contudo esta separação, e o reconhecimento do valor intrínseco do animal, permitiram criar uma ligação sentimental que permanece até hoje, caracterizada pela adoção de animais e de movimentos de defesa animal. Atualmente ter um animal de estimação é um acontecimento comum. Na União Europeia, segundo Serpell e Paul (2011), em 55 milhões de lares existiam 41 e 47 milhões de cães e gatos, respetivamente. Já em Portugal, num estudo realizado pela GfK (GfKTrack.2Pets) em 2015 apurou-se que em aproximadamente 2 milhões (54%) de lares portugueses existia, pelo menos, um animal de estimação. O estudo destacava um tratamento mais humanizado aos animais, prevalecendo uma ligação mais emocional e afetiva, do que funcional. Entre os 6,7 milhões de animais de estimação no nosso país estes são maioritariamente cães (38%) e gatos (20%), seguido de pássaros (9%), peixes e outros animais (4%) (Veterinária Atual, 2016).

O laço entre homem-animal pode ser uma forma de vinculação, com os mesmos benefícios da relação entre humanos. As migrações, assim como as mudanças no seio familiar, aumentaram a importância do animal de estimação como figura de vinculação (Crego & Santos, 2002; Fogle, 1981). A relação estabelecida com o animal permite reduzir a solidão e o isolamento, dá um sentido à vida e proporciona conforto e proximidade (Crego & Santos, 2002; Sable, 1995). Crawford (2006 cit in. Winefield et al., 2008) propõe o termo vinculação para caracterizar o relacionamento entre dono e animal, partilhando atributos com a teoria da vinculação proposta por Bowlby. Para Bowlby, a vinculação é um sistema primário específico, presente desde o nascimento e com características próprias da espécie (Montagner, 1993). A relação de vinculação é o laço emocional entre dois

indivíduos, começando na infância (com a figura de vinculação) e que perdura ao longo do tempo (Bowlby, 1978, 1988). Este tipo especial de relação emocional envolve mutualidade, conforto, segurança e prazer para ambos os indivíduos da relação. É caracterizada como uma tendência para procurar e manter a proximidade a uma figura específica, particularmente em situações geradoras de stresse (Ainsworth, 1989). A teoria da vinculação, baseada na noção de objeto da teoria psicanalítica, agrupa conceitos da etologia (comportamento animal), psicologia cognitiva e teoria do controlo, para explicar a formação de laços e os efeitos destes, na saúde mental (Sable, 1995). Para Ainsworth (1989) os animais de estimação, nomeadamente cães e gatos possuem potencial para promover um vínculo emocional, promovendo bem-estar e segurança. Por seu lado, Weiss (cit. in Sable, 1995) baseado no modelo de “provisões sociais”, refere que os animais proporcionam oportunidades de vinculação e cuidados, promovendo um aumento da interação social. As relações entre dono e animal podem desencadear emoções e comportamentos semelhantes aos das relações humanas, como o amor incondicional, a aceitação, a felicidade, a afeição física, a fidelidade e a dependência, manifestada através do abanar de cauda ou do ronronar (Brown & Symons, 2016; Wells, 2009). Segundo Ricci, Torelli, Martins e Almeida (2014), a troca de afetos entre humanos e animais não é ambivalente, ao contrário das relações entre humanos que frequentemente trocam sentimentos e estados emocionais, nem sempre positivos e consistentes. Uma relação de vinculação segura com animais, reduz o stresse e promove o suporte emocional (Garrity et al., 1989; McNicholas, 2005; Watt & Pachana, 2007). Sable (1995) reforça a importância do vínculo dos animais relativamente aos donos pois, tal como as crianças, estes dependem deste vínculo para proteção e sobrevivência, sendo igualmente afetados pela separação ou morte do dono. A autora defende que os maus tratos e o abandono do animal afetam a base do vínculo e devem ser tidos em consideração. Segundo Corson e Corson (1981) a vinculação assume uma forma de mecanismo de coesão social, ligado à capacidade de sobrevivência.

2.4. A relação entre o idoso e o animal de estimação

Pooley (2007) faz referência a um questionário sobre saúde mental e bem-estar na idade adulta mais avançada, realizado pela *Age Concern and the Mental*

Health Foundation, no qual foi identificado que ter um animal de estimação, era um dos oito fatores promotores de bem-estar na velhice.

Com a entrada na reforma, a perda do conjugue e das relações de amizade, os idosos têm dificuldades em estabelecer novos contatos sociais. Com a diminuição da socialização, McNicholas e Murray (2005, cit. in Smith et al., 2011) apontam que ter um animal de estimação pode permitir, a alguns idosos, criar laços de parentesco, substituindo os laços familiares.

Miranda (2011) refere que indivíduos com idades entre os 65 e os 75 anos são os que apresentam maior vínculo, proximidade e importância com os seus animais de estimação.

Para o idoso, de acordo com Beck e Katcher (1996), o animal promove uma validação social, um sentido de identidade e respeito, pois não tem em conta a idade, as rugas, os cheiros e a debilidade do idoso. Ao contrário das relações humanas, a relação desenvolvida com o animal é estável e segura.

Anderson et al. (2015) apontam alguns desafios aos idosos residentes na comunidade que pretendam adotar de um animal, nomeadamente ao nível das limitações físicas e funcionais (e.g. doenças crónicas como a diabetes e a hipertensão), assim como financeiras (e.g. baixos rendimentos e custos inerentes ao animal). Segundo os autores, os idosos apresentam preocupações no que diz respeito ao bem-estar e ao cuidado do animal, no caso de os donos adoecerem ou falecerem.

2.4.1. O animal em contexto institucional

A institucionalização origina uma grande mudança na vida do idoso, implicando tanto perdas materiais, como emocionais, entre as quais a separação do seu animal de estimação (Scheibek et al., 2011). Segundo Fogle (1981) a perda do animal de estimação é semelhante à perda de um amigo. Infelizmente, a maioria das instituições não permite ao idoso manter o seu animal, deixando os seus cuidados, a familiares, amigos ou vizinhos. (Anderson et al., 2015; McNicholas et al., 1993 cit in Reynolds, 2012).

Para o idoso institucionalizado a manutenção do vínculo com o seu animal de estimação seria de extrema importância como promotor de bem-estar. Segundo McBride (2005 cit. in Pooley, 2007), a Organização Mundial de Saúde considerou a relação animal-humano como tendo valor terapêutico, devendo ser tida em consideração, aquando da criação de leis, no contexto dos cuidados, inclusive na velhice. Apesar dos benefícios inerentes, em caso de institucionalização, este facto é ignorado (McNicholas, 2008; McNicholas, 2014; Reynolds, 2012). Com a entrada para uma instituição, de acordo com Kaiser e colaboradores (2002), há uma diminuição de contacto físico e da possibilidade de cuidar. Thomas (1994, cit. in Heathcote, 2010) afirma que indivíduos residentes em contexto institucional apresentam necessidades específicas, como companhia e a necessidade de cuidar, podendo estas ser preenchidas com o cuidado de animais ou plantas. Para Heathcote (2010) ter um animal residente numa instituição poderá constituir um foco de interesse para o idoso, envolve um nível mais elevado de comprometimento e envolvimento, requerendo igualmente o apoio dos funcionários, utentes e familiares. Numa instituição o animal adquire um papel de facilitador, proporcionando ao idoso um objetivo e uma responsabilidade, desde o preparar das refeições, até à necessidade de passear o animal (Scheibeck et al., 2011), permitindo igualmente alongar a vida do próprio idoso (Ashurst, 1999).

Num estudo de Salmon e Salmon (1982, cit in Wells, 2009), os autores concluíram que a presença de um cão “residente” num lar de terceira idade tornou os pacientes mais reativos e felizes. Heathcote (2010), por seu lado, refere que o contato prévio com um animal irá influenciar a forma como a pessoa responderá a este quando institucionalizada. A autora alerta que, antes da integração de um animal numa instituição, para o facto de alguns indivíduos não gostarem de animais ou surgirem questões ligadas à saúde, como doenças, alergias ou medo de acidentes (e.g. quedas). Revela-se, assim, necessário adotar algumas estratégias perante a adoção de um animal por uma instituição como: visitar uma instituição que já tenha um animal residente; apurar os riscos envolvidos; certificar que todos aceitam a ideia de ter um animal na instituição (funcionários, utentes e familiares); decidir que animal adotar tendo em conta fatores como a alimentação, higiene, custos, entre outros; se já existir um animal, assegurar uma convivência pacífica; envolver os voluntários no cuidado do animal; integrar o animal, no sentido de

otimizar a experiência para ambos (animal (ais) e residentes) e avaliar regularmente os benefícios de ter um animal, tendo em conta a opinião dos funcionários e utentes (Heathcote, 2010).

No caso de o animal pertencer ao idoso, Poestges, Gresser e Richartz (2016) defendem que a mudança para uma estrutura residencial só deveria ser tida em consideração se existir a possibilidade de levar o seu animal consigo. Contudo, num estudo feito por McNicholas et al. (1993 cit in Reynolds, 2012; McNicholas, 2008, 2014), a maioria das instituições não permite animais. Os autores realçam a importância de as instituições criarem condições, que permitam ao idoso manter o seu animal de estimação e beneficiar dos cuidados adequados.

Segundo Ashurst (1999) alguns idosos, apesar da sua deterioração física e mental, adiam a entrada para uma instituição, em detrimento da separação do seu animal de estimação. A morte ou a separação do animal de estimação, como por exemplo a entrada numa instituição, pode desencadear uma reação semelhante, à perda de um ser humano, resultando num quadro de depressão e alterações na vida diária, como perturbações de sono e pequenos problemas de saúde (Scheibeck et al., 2011; Reynolds, 2012).

No estudo de Coventry (McNicholas, 2008) concluiu-se que, antes da entrada para a instituição, parte dos idosos tiveram de abandonar os seus animais, o que era desconhecido para os profissionais. Além disso, os idosos que tinham abandonado os seus animais tinham mais dificuldades de adaptação e no desenvolvimento das relações sociais, apresentando, ainda, distúrbios de sono e de apetite e tomavam mais medicação que os restantes residentes. Os idosos verbalizaram nunca ter partilhado os seus sentimentos com os profissionais, nem com outros residentes. Foi apurado, também, que os profissionais não tinham conhecimento dos problemas que podem advir da perda ou separação do animal de estimação (McNicholas, 2008).

3. O uso de animais em contexto terapêutico

O primeiro registo do uso de animais em contexto terapêutico remonta ao século 9, na cidade de Geel, na Bélgica. (Reynolds, 2012). Indivíduos com

necessidades especiais tinham como tarefas de vida diária, e parte integrante de tratamento, tomar conta de animais de quinta. Também em Inglaterra, no York Retreat, em 1792, existe registo do uso de pequenos animais, como pássaros e coelhos utilizados em terapia com doentes psiquiátricos, funcionando como modificadores positivos do comportamento (Crego & Santos, 2002; Reynolds, 2012). Posteriormente, na Alemanha, os animais eram utilizados como terapia em doentes epiléticos e, nos EUA, como estímulo para a recuperação de sequelas psicológicas em pilotos da Força Aérea do exército (Crego & Santos, 2002). A enfermeira pioneira Florence Nightingale recomendava um animal de estimação aos seus doentes “como única fonte de prazer a quem está acamado durante anos”. O psiquiatra Dean Katcher, da Universidade da Pensilvânia (EUA), em 1977, em conjunto com a sua equipa, foi o primeiro a estudar os efeitos da interação homem-animal a nível da saúde física e do bem-estar. O estudo pretendia avaliar o efeito do animal na pressão arterial concluindo que participantes que interagiam com animais tinham uma baixa pressão arterial, em comparação com os que interagiam com pessoas (Reynolds, 2012). Friedmann e colaboradores, por seu lado, realizaram um estudo relativamente à taxa de sobrevivência, após enfarte do miocárdio, com indivíduos que tinham um animal de estimação e indivíduos que não tinham. Os autores concluíram que um quarto dos indivíduos que não tinha animal morreu passado um ano (Reynolds, 2012).

Para além de animais de estimação, atualmente, os animais são treinados, especialmente cães, para detetar doenças como o cancro, a epilepsia ou a diabetes. A interação com animais estende-se a vários tipos de populações e serviços, desde pacientes em unidades psiquiátricas, indivíduos com incapacidades visuais, auditivas ou de mobilidade (e.g. cães guia); lares da terceira idade; prisões; estruturas governamentais, entre outros (IFA, 2014; Wells, 2009).

3.1 Terapia assistida por animais (TAA) e Atividade Assistida por Animais (AAA)

O psiquiatra infantil Boris Levinson foi o precursor da terapia assistida por animais (TAA) quando, em 1962, descobriu acidentalmente o benefício do contacto dos seus pacientes mais introvertidos com o seu cão, enquanto aguardavam consulta. Nos anos 70, os psiquiatras americanos Sam e Elisabeth Corson

estudaram a interação entre pacientes adolescentes de um hospital psiquiátrico e cães, constatando que os que interagem com os animais melhoravam o seu comportamento introvertido (Crego & Santos, 2012). A relação humano-animal inclui a terapia assistida por animais (TAA) e atividade assistida por animais (AAA). A TAA é um tipo de intervenção dirigida a um objetivo, efetuada por profissionais especializados, em que o animal é especialmente treinado e parte integrante do processo. Este tipo de terapia promove melhorias a nível do funcionamento físico, social, emocional e cognitivo e pode ser realizada individualmente ou em grupo, sendo alvo de avaliação. Por seu lado, a AAA é uma atividade que oferece oportunidade para obter benefícios a nível motivacional, educacional e/ ou terapêutico, de forma a promover a qualidade de vida. É casual e envolve tanto voluntários, como profissionais especializados, sendo o conteúdo da visita espontâneo, sem objetivos específicos (IFA, 2014). Idosos com demência e declínio cognitivo, residentes em instituições, apresentam benefícios no contato e uso de terapias assistidas por animais, relatando menor índice de depressão, solidão, fadiga e aumento da pressão arterial e frequência cardíaca (Anderson et al., 2015). A visita de animais a instituições da terceira idade permitem construir e desenvolver relacionamentos, facilitando a comunicação com outros residentes, evocando memórias através do tato, otimizando o bem-estar (Prosser et al., 2008; Kawamura et al., 2009; Reynolds, 2012).

Têm sido, também, realizados estudos no Japão e nos EUA sobre o efeito da interação de idosos com demência, com cães e gatos de peluche e robôs (Banks et al., 2008; Takayanagi et al., 2014; Tamura et al., 2004).

Os estudos nesta área apresentam resultados contraditórios, devido uma falta de evidência na relação causal entre o contato com animais, posse e efeitos na saúde. A falta de rigor metodológico, a seleção dos participantes (amostras pequenas e não existência de grupos de controlo), o enviesamento dos dados e a ausência de estudos longitudinais são os problemas assinalados (Anderson et al., 2015; Reynolds, 2012). A IFA (*International Federation on Ageing*) (2014) recomenda precisão, qualidade e rigor nas pesquisas, de forma a produzir avanços nesta área.

Capítulo II – Método

1. Opção metodológica

Tendo em conta os objetivos deste estudo e de forma a aceder às experiências subjetivas dos indivíduos, optamos por uma abordagem metodológica qualitativa e de carácter exploratório.

2. Participantes

O presente estudo é constituído por 35 participantes, de ambos os sexos: quinze idosos, onze técnicos e nove colaboradores.

Os participantes idosos, seis homens e nove mulheres têm idades compreendidas entre os 66 e os 98 anos ($M = 80,06$; $DP = 10,04$), residentes nos concelhos de Estarreja, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Espinho e Vila Nova de Gaia. Todos os participantes residem na comunidade e alguns frequentam o Centro de Dia ($n=8$). Relativamente ao estado civil, a maioria participantes é viúvo ($n=9$), seguido dos casados ($n=5$) e apenas um é solteiro. No que diz respeito às habilitações literárias dos participantes, dois são analfabetos, nove têm o 1º ciclo do Ensino Básico, um o 2º ciclo do Ensino Básico, dois o 3º ciclo do Ensino Básico e apenas um tem o Ensino Superior. A maioria destes participantes vive em casa própria, coabitando com o conjugue ou vive só. (c.f. Anexo F – tabela 1) Entre os participantes que frequentavam o Centro de Dia, quatro estavam inseridos em instituições do concelho de Santa Maria da Feira (dois de cada instituição), dois de Vila Nova de Gaia e dois de Estarreja. Relativamente aos animais de estimação, a maioria dos idosos tinha cão ($n=9$), seguido de gato ($n=3$) e três participantes tinham animais de diferentes espécies.

O grupo dos técnicos é constituído por 11 participantes, sendo nove do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 24 e os 63 anos ($M = 36,75$ e $DP= 10,24$). Relativamente às habilitações literárias, a maioria são licenciados e um dos participantes possui um mestrado. Os técnicos pertencem às áreas da Animação Sociocultural ($n=3$), Serviço Social ($n=2$), Psicologia ($n=2$), Enfermagem ($n=2$), Terapia Ocupacional ($n=1$) e outras ($n=1$). Os técnicos de

Serviço Social exercem também a função de Diretor Técnico. Um dos técnicos pertencia à Direção da instituição, desempenhando a função de Diretor Geral. O tempo de serviço na instituição varia entre os 3 meses e os 25 anos. A maioria dos técnicos possuía pelo menos um animal de estimação (n=9), nomeadamente cães, gatos, peixes e/ou tartarugas e dois não tinham qualquer animal (c.f. Anexo F – Tabela 2).

Os nove colaboradores são todos do sexo feminino e com idades compreendidas entre os 22 e os 52 anos ($M = 37,44$ e $DP = 10,99$). A maioria tem o 12º ano (n=6), seguido do 9º ano (n=2) e 4º ano (n=1). Relativamente à profissão desempenhada a maioria das colaboradoras é Auxiliar de Ação Direta (AAD) e apenas uma é administrativa. O tempo de serviço na instituição varia entre os 2 e os 23 anos. Todas as colaboradoras têm pelo menos um animal de estimação, nomeadamente cães (n=6) e gatos (n=3). (c.f. Anexo F – tabela 3) Relativamente aos técnicos e colaboradores, o único critério de inclusão no estudo foi o estar integrado numa estrutura residencial para idosos (ERPI). Os técnicos e colaboradores formam o grupo dos profissionais.

Participaram neste estudo 11 instituições localizadas nos distritos de Aveiro e Porto. No distrito de Aveiro, as instituições estavam inseridas nos concelhos de Vale de Cambra (n=1), Estarreja (n=2), Murtosa (n=1), Ovar (n=1), Santa Maria da Feira (n=2) e Oliveira de Azeméis (n=1). Relativamente ao Porto, as instituições estavam localizadas nos concelhos de Vila Nova de Gaia (n=2) e Porto (n=1). No que concerne à natureza jurídica, quatro são Santas Casas da Misericórdia, três IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), duas Fundações e dois lares privados (c.f. Anexo F – tabela 4).

3. Instrumentos

Para a recolha de dados foi utilizado um breve questionário sociodemográfico e um guião de entrevista semiestruturado, um direcionado para os idosos e outro para os profissionais (técnicos e colaboradores). Com o questionário sociodemográfico pretendeu-se recolher um conjunto de informações relativas aos sujeitos que compõem a amostra, de forma a caracterizar o grupo tendo em conta as variáveis sociodemográficas como a idade, o sexo, o estado civil e as habilitações literárias. O guião de entrevista foi elaborado após uma revisão de

literatura previamente realizada, tendo como por base o estudo de Coventry, realizado em 1991, no Reino Unido (McNicholas, 2014). Este guião divide-se em três temáticas: 1) a qualidade da relação dono-animal; 2) o futuro do animal perante a (possível) institucionalização do dono e 3) as vantagens e desvantagens da integração de animais de estimação em ERPI. Foi construído um guião de entrevista para os participantes idosos, com 11 questões e outro guião para os profissionais (técnicos e colaboradores) com 9 questões (c.f. Anexos D e E). Após a realização de algumas entrevistas-teste surgiu a necessidade de fazer alterações a ambos os guiões. No caso do guião dos participantes idosos, a linguagem utilizada foi simplificada, para uma melhor compreensão. Relativamente ao guião dos técnicos e colaboradores foram colocadas questões mais fechadas e diretivas.

4. Procedimentos

a) Procedimento de recolha de dados

Os participantes idosos, que não frequentavam o Centro de Dia foram contactados pessoalmente ou por telefone e as entrevistas foram realizadas em casa destes, consoante a disponibilidade destes. Primeiramente foi explicado em que consistia o estudo, assegurando o anonimato e salientando que a participação era voluntária, sendo de seguida entregue e assinado o consentimento informado (c.f. Anexo C). O processo de seleção da amostra foi por conveniência. Relativamente aos participantes idosos, que frequentavam o Centro de Dia, foi realizado um primeiro contato a instituições que possuíssem a valência de Centro de Dia, através do envio de um correio eletrónico, solicitando colaboração para o estudo (c.f. Anexo A). Após o contacto com o técnico responsável da instituição foi pedido que reunisse no máximo três idosos, que cumprissem os critérios de inclusão definidos para o estudo, nomeadamente o participante ter uma idade superior a 65 anos e possuir um animal de estimação. As entrevistas foram agendadas consoante a disponibilidade das instituições e decorreram em salas do Centro de Dia. As entrevistas tiveram uma duração média de 19 minutos, sendo gravadas em suporte áudio. Um dos participantes recusou a gravação da entrevista e foram tiradas notas.

Relativamente aos profissionais (técnicos e colaboradores) primeiramente foi realizada uma pesquisa na internet, através do site: www.cartasocial.pt de forma

a encontrar respostas sociais numa área de 50 km, a partir da área de residência da investigadora, que incluíssem a valência de ERPI (Estrutura Residencial para Idosos). Após a seleção das instituições foi enviado um correio eletrónico, a solicitar um pedido de colaboração (c.f. Anexo B) para o estudo, através da realização de entrevistas a um técnico e a um colaborador, no mínimo. Após a confirmação das instituições foi agendada uma data para a realização das entrevistas. A todos os participantes foi primeiramente explicado em que consistia o estudo, de seguida entregue e assinado o consentimento informado. As entrevistas foram realizadas no gabinete dos técnicos e gravadas em suporte áudio. A duração média da entrevista foi de 14 minutos, com os técnicos e 12 minutos, com os colaboradores. O processo de seleção da amostra foi por homogeneidade, tendo como único critério de inclusão trabalhar numa ERPI (Estrutura Residencial para Idosos).

b) Procedimento de análise de dados

Após a recolha de dados foi realizada a análise qualitativa, tendo por base a escuta de todas as gravações e posteriormente, a transcrição do discurso dos participantes. Para o tratamento e análise dos dados, procedeu-se à análise de conteúdo, sendo a categorização das entrevistas efetuada através de uma análise manual.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo incorpora três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. A fase da pré-análise caracterizou-se pelo primeiro contacto com o material, a partir das transcrições dos discursos, com posterior organização e sistematização de ideias. A fase seguinte, de exploração do material, o texto foi transformado em categorias e subcategorias, através da codificação (c.f. Anexo E). As categorias e subcategorias emergiram a partir das questões da entrevista e os temas, de acordo com a revisão da literatura previamente realizada, assim como da análise dos dados. Por último, na fase de tratamento dos dados, tendo por base a inferência e interpretação, o objetivo foi validar os dados e atribuir significados.

Capítulo III – Resultados e Discussão

Os resultados são apresentados de acordo com o sistema de categorias e subcategorias, resultantes da exploração e organização dos temas a partir da análise de conteúdo realizada, ilustrando sempre que possível, com excertos do discurso dos participantes.

Os discursos, dos idosos e técnicos, foram organizados de acordo com duas grandes categorias emergentes: *A relação do idoso com o seu animal de estimação* e *O animal em contexto institucional*. A partir destas categorias foram posteriormente constituídas várias subcategorias, das quais emergiram outros níveis de análise.

1. A relação do idoso com o seu animal de estimação

Primeiramente importa salientar que o cão foi referido como o animal eleito pela maioria dos idosos, seguido do gato, confirmando o estudo da GfK de 2015.

Relativamente à categoria ***Relação do idoso com o seu animal de estimação***, que diz respeito à perceção da relação que o idoso tem com o seu animal de estimação, emergiram quatro subcategorias. (ver Figura 1)

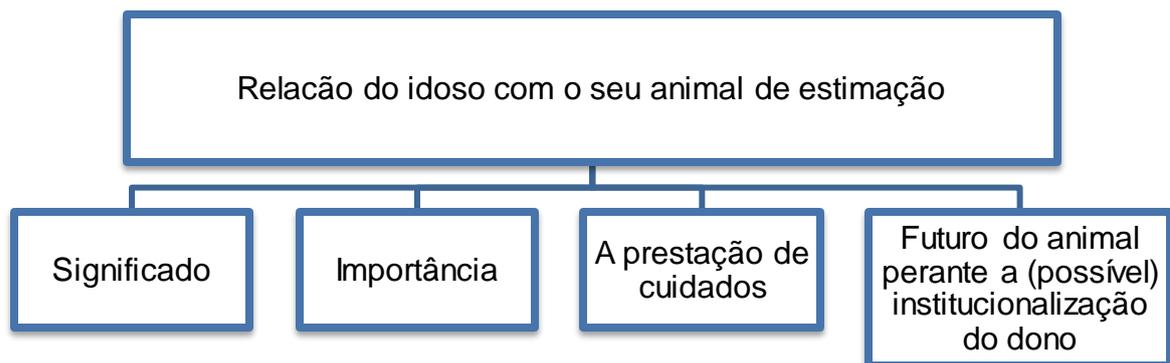


Figura 1. Subcategorias da categoria *Relação do idoso com o seu animal de estimação*

A primeira subcategoria salienta o ***Significado*** atribuído pelo idoso ao seu animal de estimação. Efetivamente, três idosos consideraram o animal como um membro integrante da família: “*É a minha família de casa*” IDm_8, com o qual

mantém uma estreita ligação: “*Há uma ligação, é quase como da família, não é?*” IDm_5, assumindo por vezes, um paternalismo: “*Às vezes chamo-lhe «meu filho»*” IDf_4. Esta visão é igualmente partilhada por um dos técnicos considerando: “*(...) fazem parte da família e que são amados.*” TECf_8. Turner (2011, cit in Chur-Hansen et al., 2009) sugere que o indivíduo avalia a relação com o animal, com base na sua definição de “animal” e tendo em conta o objetivo desta relação. Este conceito é partilhado tanto pelos idosos, como pelos profissionais, o que é consonante com a definição de animal de estimação, referida por Crego e Santos (2002) ou com a IFA (2014), que constatou que a maioria dos indivíduos considera o seu animal como um membro da família. Efetivamente, o papel dos animais de estimação como importantes membros da família, numa relação baseada no afeto já tem sido documentado na investigação, nomeadamente no estudo de Albert e Bulcroft (1988 cit in. Sable, 1995), que enfatiza a relação dos donos com os seus cães; no de Chur-Hansen, Winefield e Beckwith (2009), com onze idosas, que salienta a importância desta relação com o animal na saúde física e psicológica das participantes ou, ainda Johansson, Ahlstrom e Jonsson (2014) num estudo sobre a experiência de viver com animais de estimação, em idosos que estavam a recuperar de um AVC, no qual o animal como membro da família, com determinada personalidade e comportamento, foi um dos temas emergentes mais salientes.

Salienta-se, assim, a relação próxima de afeto e o cuidado, tanto do animal para o idoso, como do idoso para o animal, considerando-o como uma criança ou um “filho”, pois depende do dono para proteção e sobrevivência, mesmo em idade adulta (Archer, 1997 cit. in Wells, 2009; Chur-Hansen et al., 2009; Martins, 2018; Sable, 1995; Voight, 1981), o que será uma dimensão importante na construção de sentidos, o cuidar e ser cuidado.

Para além disso, o animal, por vezes, assume o papel de substituto da família: “*(...) muitas vezes os filhos e as pessoas que lhe são queridas, não estejam aqui tantas vezes, quanto aquilo que é desejável. E muitas vezes o animal acaba por compensar essa ausência.*” TECf_4. Perante uma situação de isolamento ou a viver só, um dos idosos afirma: “*É um consolo. Eu não tenho mais ninguém*” IDm_8. Eventualmente, o animal é o único elemento relacional e constante na vida do idoso: “*(...) são o que de mais próximo de uma pessoa eles têm, não é? Muitos idosos estão isolados e mesmo quando têm filhos, os filhos não moram com eles,*

portanto o animal é a presença mais constante na vida deles.”TECf_6. Para alguns idosos, de acordo com McNicholas e Murray (2005, cit. in Smith et al., 2011) ter um animal de estimação pode permitir criar laços de parentesco, substituindo os laços familiares. Segundo Fox (1981), o animal promove um sentido de família e comunidade aos idosos.

Para mais três idosos, o animal é visto como um amigo: *“Um bom amigo.”* IDf_2, com quem desenvolveram uma relação ao longo do tempo: *“Este sempre foi um amigalhaço meu.”* IDm_14. O animal, como membro da família ou amigo, decorre de um processo de personificação e humanização, dotando-o de características essencialmente humanas, como as emoções, os sentimentos e as vontades (Martins, 2018; Turner, 2005).

Uma colaboradora e uma idosa associam, ainda, o animal a uma criança, com base no afeto: *“É como se fosse uma criança, não sei. Sentimos tamanho afeto com ele.”* CLBf_8 e na espontaneidade: *“Um animal faz coisas quase como uma criança e a gente dá assim uma gargalhada”* IDf_4, ao proporcionar momentos de diversão e bem-estar. Para Stewart (1983 cit in Sable, 1995), a tendência para considerar o animal como um “bebê” ou uma “criança” baseia-se no próprio comportamento do animal, ao criar a sensação de necessidade e dependência do dono. Para Martins (2018), os cuidados prestados ao animal podem ser equiparados à educação dada aos filhos.

O animal como um amigo e a sua companhia, e, essencialmente o companheirismo foi uma das principais razões apontadas para obterem um animal de estimação, o que reforça a investigação neste âmbito (Ashurst, 1999; Chur-Hansen et al., 2009; Ferreira, 2012; Heathcote, 2010; Martins, 2018; McNicholas, 2006; Pooley, 2007; Scheibek et al., 2011; Wells, 2009). Na verdade, a falta de suporte social pode aumentar a necessidade de uma companhia, nomeadamente de um animal (Turner, 2005), o que foi enfatizado particularmente pelos idosos que viviam sós. Para McNicholas et al. (2005) o companheirismo difere do suporte social, providenciando uma satisfação intrínseca, através da diversão, do relaxamento e da espontaneidade, promovendo a qualidade de vida.

Para os técnicos, por seu lado, o animal é percebido como parte integrante da história de vida e da identidade do idoso: *“Os animais são seres vivos que fazem*

parte da vida, da história de uma pessoa (...) e devemos dar uma continuidade à história dessa pessoa, porque também faz parte da identidade dela.” TECf_8. A presença de animais nas instituições (residentes ou pontuais), segundo estes, permitiu conhecer as histórias de vida dos seus residentes: *“Quando tivemos os gatos começamos a conhecer histórias de vida de alguns dos nossos utentes, ligadas aos animais.”* TECf_9, assumindo o animal, um papel de destaque na vida do idoso: *“ (...) quando se lhes pergunta episódios marcantes é muito frequente falarem de histórias com animais.”* TECf_6. A mudança para uma instituição é para o idoso uma passagem, da casa cheia de recordações e simbolismos para um ambiente impessoal e padronizado, dificultando a sua adaptação. De acordo com Sousa (2006, cit in Amaro, 2013), o idoso considera-se integrado num lar, quando sente que é a sua casa. A possibilidade de levar objetos pessoais, inclusive o seu animal de estimação permitiria estabelecer a ligação entre o passado e o presente, possibilitando ao idoso viver num ambiente mais familiarizado, proporcionando, desta forma, um sentimento de conforto e segurança e continuação da sua história.

Relativamente à **Importância** que o animal adquire na vida do idoso, numa perspetiva temporal, a maioria afirma ter convívio com animais desde a infância: *“Sempre conheci cães e gatos cá em casa.”* IDf_7. Dois idosos, porém, referiram não ter qualquer contato com animais, durante a infância ou adolescência *“Era raro ter animais.”* IDm_14 e uma idosa mencionou ter tido dois gatos, mas só após o casamento, ou seja, na idade adulta.

A ausência: *“Ai, eu não posso viver sem o cão! Quando eu não tinha o cão, era uma tristeza.”* IDf_3 ou até mesmo a perda do animal: *“Ele é um bichinho... Se ele nos faltar, vai ser uma tristeza.”* IDf_11 seriam acontecimentos com impacto negativo, nas suas vidas. Para os idosos, o animal constitui um elemento importante na sua vida, com o qual mantém uma grande proximidade. Este facto vai ao encontro do estudo de Miranda (2011), sobre a importância do vínculo de cães e gatos nas famílias portuguesas, referindo que os indivíduos entre os 65 e os 75 anos eram os que apresentavam um maior vínculo, proximidade e importância, com os seus animais, o que é consonante com o estudo de Suthers-McCabe (2001, cit in Chur-Hansen et al., 2009) que sugere que o laço entre o indivíduo e o animal é mais forte e profundo, em idade mais avançada.

O tempo passado com o animal será uma variável fundamental para a construção desta relação, encontrando-se diretamente relacionado com a sua qualidade. A maioria dos idosos tinha o animal há alguns anos, passando grande parte do dia com este, a cuidar ou a brincar, reforçando o laço estabelecido. Segundo Fogle (1981), quantos mais anos passados com o animal, maior poderá ser a ligação emocional. E apesar de a literatura indicar que os idosos têm menos probabilidade em adotar ou adquirir um animal de estimação, devido a problemas de saúde, proximidade com a morte ou dificuldades financeiras (Anderson et al., 2015; Turner, 2005), uma idosa tinha adquirido um cachorrinho, três meses antes da entrevista, afirmando não conseguir viver sem um cão em casa. A maioria dos animais de estimação foram oferecidos por familiares ou amigos próximos dos idosos.

Quando abordada a importância do animal na vida do idoso, foram emergindo algumas dimensões. A importância do animal como companhia foi enfatizada por quatro idosos: *“Para mim foi sempre uma companhia”* IDf_9, ultrapassando por vezes, as relações familiares: *“(…) faz-me mais companhia que os meus filhos.”* IDf_4. A companhia do animal permite diminuir a solidão: *“é uma companhia muito importante que nos dá, não nos deixa sentir sós. (...) porque eu sei que tenho alguém aqui à espera. Não tenho a casa vazia.”* IDf_6. A falta de suporte social, segundo Turner (2005) pode aumentar a necessidade de uma companhia, nomeadamente de um animal, refletido no caso dos idosos que vivem sós. Para McNicholas et al. (2005) o companheirismo difere de apoio social, providenciando uma satisfação intrínseca, através da diversão, do relaxamento e da espontaneidade, promovendo a qualidade de vida. Contudo, e particularmente nos casos de maior isolamento, o animal é visto como uma fonte de apoio social. Este facto poderá ser explicado pela capacidade do animal em não julgar, não criticar e estar sempre presente nos momentos mais difíceis, oferecendo um amor incondicional, promovendo uma sensação de conforto e segurança, benéficos para o bem-estar emocional (Fox, 1981; McNicholas et al., 2006; Wells, 2009).

Por outro lado, o animal é importante na medida em que proporciona segurança física (n=6), assegurada essencialmente pela presença de um cão, na guarda da casa: *“... guarda bem a casa”* IDf_2, dando alerta: *“Se eu estiver sozinha (...) e alguém me tocar na porta, ele dá logo sinal”* IDf_11, assegurando deste modo

também, a segurança do próprio dono: *“São um guarda nosso também”* IDm_10. Um idoso, com gatos, apontou como vantagem, o controlo dos ratos: *“Por causa de alguma bicheira que ande por lá (...) assim, ratos.”* IDm_12. O sentimento de segurança e proteção, nomeadamente proporcionado pelo cão, constitui um dos principais motivos em ter um animal de estimação (Chur-Hansen, Winefield & Beckwith, 2009; Ferreira, 2012; Johansson, Ahlstrom & Jonsson, 2014; Pooley, 2007).

A segurança emocional proporcionada pela presença do animal foi igualmente mencionada, nomeadamente a aceitação: *“Nunca se zanga. Nunca está, nunca fica aborrecida, nem... nem ressentida. Não. Na hora aquilo passa. Eu basta-lhe pôr a mão e passou tudo.”* IDf_6. O facto de o animal não ter em conta o aspeto ou a debilidade do idoso permite o desenvolvimento de uma ligação segura e estável, ao contrário do que sucede nas relações humanas (Beck & Katcher, 1996). A fidelidade para com o dono: *“... acho que é a fidelidade, a lealdade que ela tem.”* IDm_5 e a obediência: *“(...) se nós sairmos e dissermos assim “ «Não sais daqui» e eles ficam ali.”* IDf_9 proporcionam um sentimento de pertença (Fox, 1981).

A reciprocidade na relação gera um sentimento de bem-estar para o idoso: *“Há uma confiança e uma ligação muito grande entre nós, porque ela explica-se só com o olhar o que quer e eu também entendo-a muito bem e ela a mim. (...) Esta relação é... é recíproca, é importante!”* IDf_6, sendo os animais capazes de expressar gratidão: *“Acho que os animais têm uma prova de gratidão para quem os cuida bem e quem os estima”* IDf_7. Este facto é observado igualmente pelos técnicos, quando há a presença de um animal na instituição e o idoso é responsável pela prestação dos cuidados: *“É ela que trata dele. Ele a ela dá-lhe beijinhos, dá com o biquinho é... é muito engraçado. Ele tem mesmo uma interação com ela e ela com ele. É incrível!”* CLBf_2. Acerca da importância do laço estabelecido entre dono e animal, Fox (1981) refere que a capacidade de aceitação e o amor incondicional que o animal tem para oferecer, são benéficos para o bem-estar emocional do indivíduo.

O animal como um elemento promotor de bem-estar é mais um importante fator apontado, através da diversão que proporciona ao dono: *“ele anima a gente,*

que a gente risse com ele.” IDf_3, chegando uma idosa a compará-lo, carinhosamente, a um brinquedo: *“É um brinquedo que a gente lá tem!”* IDf_13; da distração: *“(…), “...se me sinto só, falo com ela e logo me distraio e ela comigo.”* IDf_6 e da motivação para as atividades da vida diária: *“Gera-se (...) um ciclo de obrigações que põe os nossos neurónios a funcionar... eu acho que isso também é bom, porque nos espreita a mente...”* IDf_7. Para Messent e Paul (1981) o ato de brincar e a capacidade que o animal possui em comunicar, através de um pequeno repertório de vocalizações ou através de expressões e posturas corporais (e.g. abanar a cauda), constituem uma parte importante, no laço estabelecido com o dono. De acordo com o estudo de Scheibeck e colaboradores (2011), um animal de estimação, nomeadamente um cão, proporciona um objetivo e um sentido de responsabilidade ao idoso, ao ter a necessidade de planejar o seu dia em função do animal, nomeadamente com a preparação de refeições e passeios ao exterior (Ashurst, 1999; Ormerod, 2012).

Na área da saúde mental, nomeadamente do luto, uma das idosas refere que o seu animal, a ajudou a ultrapassar a morte do conjugue: *“Para mim foi a terapia melhor que eu tive para a morte, para a falta do meu marido... foi o meu gato.”* IDf_4, devido à sua presença constante e disponibilidade. McNicholas (2014) defende que apesar de ser vantajoso, o suporte proporcionado pelo animal ao proporcionar um relacionamento menos desgastante e mais contínuo, não substitui o humano. A relação com um animal pode auxiliar num processo inicial de luto (McNicholas et al, 2006) e, no caso de o animal ser “partilhado” com o cônjuge, constitui, após o falecimento, um elo de ligação e uma recordação (Pooley, 2007). Para Sable (1995), os animais permitem amenizar o sentimento de solidão após a perda de um ente querido, especialmente nos idosos.

Relativamente a aspetos que poderiam ser menos positivos ou relevantes em ter um animal, cinco idosos afirmam não existir qualquer desvantagem, em ter um animal de estimação: *“Não vejo nenhuma desvantagem, só vejo benefício.”* IDm_5. A principal desvantagem indicada foca-se no comportamento do animal (n=2), nomeadamente na sua (possível) agressividade: *“Quando eles são maus”* IDf_9 e/ou em caso de ataque: *“...é mau se ele ferrar em alguém”* IDf_3. As questões de saúde, ligadas ao próprio animal, como a transmissão de doenças e a necessidade de vacinação *“... a não ser que ele não tenha as vacinas ou que não*

seja tratado ou tenha alguma doença...” IDf_6 foram também nomeadas por dois idosos. Uma idosa apontou igualmente o cheiro do animal, como desvantagem. Num estudo realizado por Chur-Hansen, Winefield e Beckwith (2008), no sentido de apurar os motivos que levam os idosos a não possuir um animal de estimação, as autoras concluíram que as questões de saúde e o comportamento do animal eram duas das principais desvantagens apontadas.

Em relação à **Prestação de cuidados** emerge o papel do idoso como prestador de cuidados. A maioria dos idosos afirma ser o cuidador principal do animal, partilhando, por vezes, os cuidados com o cônjuge e/ou filhos. Uma idosa referenciou o marido como principal cuidador do animal e outra, a filha. A prestação de cuidados engloba, por exemplo, a alimentação do animal: *“Levo daqui o comer para lhe dar.”* IDm_14 (discurso de um idoso que frequenta o Centro de Dia). Os profissionais confirmam: *“Principalmente os do Centro de Dia (...) pedem para levar de comer para o gato e para o cão.”* CLBf_4, chegando os idosos a recusar a refeição, com o objetivo de a ceder ao animal: *“Às vezes nem queriam comer para poder levar para o cão ou para os gatos.”* TECf_5. O bem-estar do animal, nomeadamente a saúde física, também é alvo de preocupação pelos idosos: *“Já a considero velhinha (...) escorrega muito a pôr-se de pé (...) é sempre uma tentativa de ajuda-la.”* IDf_7. Pooley (2007) apurou que o papel de cuidador era extremamente importante para os idosos institucionalizados, permitindo manterem-se ativos.

Finalmente, quanto ao **Futuro do animal perante a (possível) institucionalização do dono**, a maioria dos idosos assume que as instituições não autorizam a permanência de animais nas suas instalações: *“ (...) Não sei se o poderia levar para um lar (...) mas tenho quase a certeza que os lares não autorizam isso.”* IDm_1. A impossibilidade de levar o animal desencadeia um sentimento de tristeza: *“Ficava triste, não? A quem é que ia entregar o cão?”* IDf_2, sendo importante pensar em possíveis alternativas. Seis idosos afirmam que a guarda do animal seria assegurada por um familiar: *“...o meu filho tomaria conta dela”* IDm_5 ou por alguém próximo: *“ (...) só se eu desse o cão a alguém que estimasse”* IDf_2. Um dos participantes considerou o abate do animal como possível solução: *“ Eu ia abate-lo, não havia outra volta a dar”* IDm_14 e outro, entregar os animais a um canil. Dois idosos confessam não pretender ingressar

num lar: *“Não queria ir para um lar de idosos assim a priori, não é?”* IDm_5, enquanto uma idosa considerou ter de refletir seriamente sobre a sua entrada, em detrimento do animal: *“Iria ponderar não ir para o lar por causa do animal (...) ou me deixavam levá-la ou eu não ia para um lar (...) porque eu não a queria perder”* IDf_7. Na eventual possibilidade de levar o animal consigo, maioria dos idosos manifestou vontade em o fazer: *“Parece que não remediava sem ele.”* IDf_13, sendo o animal assumido, como um bem pessoal e essencial: *“Ai, ela tinha de ir comigo! Então? Eu não a deixava aqui.”* IDf_6. Uma das idosas, perante a hipótese de institucionalização, e consequente separação do seu animal, verbalizou preferir a morte deste, de forma a evitar sofrimento: *“Se eu tivesse que ir para um lar de idosos ou até morrer, que ele fosse à frente. [I: Para não sofrer?] Para ele não sofrer.”* IDf_4. A dor associada à separação do animal, aquando da institucionalização do dono foi, inclusive, objeto de reflexão, por parte de uma idosa: *“Se têm um animal e deixam o animal... aquilo morre com o idoso. Aquela preocupação, aquela dor fica... fica com a pessoa”.* IDf_6, apelando à sensibilidade das Direções das instituições.

No estudo de Poestges et al. (2016), sobre o impacto de um animal de estimação, nomeadamente de um cão, na atividade física, independência, contactos sociais, saúde e qualidade de vida nos idosos, os autores apuraram que 80% dos participantes não pretendia ingressar numa instituição devido ao animal, manifestando vontade em levar o animal consigo, em caso de institucionalização. Da mesma forma, no presente estudo, a maioria dos idosos revelou vontade em levar o seu animal para a instituição, caso isso viesse acontecer, o que parece indicar que o animal é assumido como parte de si e da sua identidade (Fogle, 1981). A necessidade em manter contacto com o animal reforça o laço emocional que, segundo Ainsworth, promove o bem-estar e a segurança (Sable, 1995). A impossibilidade de levar o animal, em caso de institucionalização, poderá gerar angústia e preocupação. Aliás, nos casos em que o animal é o único elemento relacional, a rutura desta ligação pode desencadear uma reação de luto severa (Turner, 2005).

Em suma, e de acordo com a investigação já existente (Miller, Staats & Partlo, cit. in Chur-Hansen et al., 2009), verificámos que a interação com o animal tem diferentes objetivos e significados, consoante os diferentes indivíduos e que as

vantagens e relevância em ter um animal de estimação, se sobrepõem às eventuais desvantagens, para os idosos.

2. O animal em contexto institucional

Relativamente à presença de um animal residente, em contexto institucional, das onze instituições participantes, nove tinham um ou mais animais, de espécies diferentes (e.g. pássaro e cão ou cão e gato). Os animais foram adotados ou oferecidos, por familiares ou amigos dos idosos residentes. As duas instituições que não tinham animais revelaram, no entanto, já terem tido um animal no passado. Três instituições mencionaram, também, terem beneficiado de programas com animais, nomeadamente com cães-guia. Contudo, a definição de “animal de estimação” revelou-se ambígua para os profissionais. Ao serem questionados sobre a existência de animais na instituição, em alguns dos casos, os pássaros e peixes não eram nomeados. Uma possível justificação poderá relacionar-se com a passividade deste tipo de animal, uma vez que, de acordo com Crego e Santos (2003), não intervém diretamente no desenvolvimento das relações sociais, ao contrário do cão, por exemplo. Contudo, os profissionais revelam igualmente o impacto positivo destes animais junto dos idosos, pela sua presença (ao ser um elemento novo), uma vez que o dia-a-dia institucional tende a ser monótono e rotineiro. A introdução de um animal residente, ou pontual, produz novidade e desperta curiosidade. A interação idoso-animal desenvolve-se através de, por exemplo, a alimentação, a limpeza (do aquário ou gaiola) e inclusive o assobiar para o pássaro ou o tocar no aquário, para captar a atenção do peixe.

Com a presença de um animal residente, a relação entre o idoso e o profissional é, de igual modo, beneficiada. Esta relação, por vezes distante e baseada pontualmente (e exclusivamente) na prestação de cuidados, tendo em vista o bem-estar do animal, pode permitir a criação de laços de amizade e de confiança, entre profissionais e idosos. Estes laços, raros ou inexistentes em contexto institucional, são consequência de um número reduzido de funcionários, para um elevado número idosos, com acréscimo de horas de trabalho e rotatividade de turnos, resultando num trabalho mecanizado e contacto diminuído.

Esta segunda grande categoria, **O animal em contexto institucional** refere-se à presença de um animal em contexto institucional, temporária ou permanente, nomeadamente às vantagens, desvantagens e (possíveis) soluções, que permitam a sua introdução e permanência numa estrutura residencial para idosos. A partir desta categoria emergiram três subcategorias: uma que contempla as vantagens apontadas pelos participantes em ter um animal numa instituição, outra as desvantagens e a terceira subcategoria engloba as possíveis formas, de se contornarem algumas das desvantagens mencionadas (ver Figura 2).

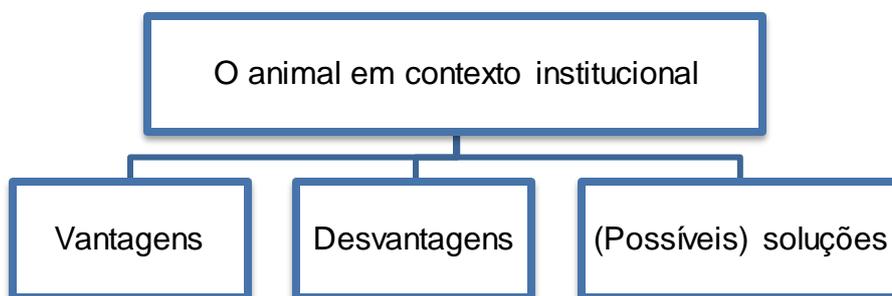


Figura 2. Subcategorias da categoria *O animal em contexto institucional*

Os profissionais reconhecem as vantagens da relação entre o idoso e o animal, inclusive em contexto institucional. Na subcategoria **Vantagens**, a companhia proporcionada pelo animal ao idoso em contexto institucional, é a principal vantagem indicada (n=11): “ (...) *acaba também por exemplo, lhes fazer uma parte de companhia durante o dia a dia.*” CLBf_8. Por vezes, perante a dificuldade dos profissionais em disponibilizar tempo e atenção num contato individualizado, associado à carência física e emocional do idoso, um animal residente, devido à sua disponibilidade e presença, pode funcionar como um “substituto” deste contacto humano. Uma idosa de Centro de Dia manifestou vontade em levar o seu cão para a instituição, como companhia, contudo recebeu a resposta dos profissionais.

O papel do idoso como cuidador é enfatizado por sete profissionais, como outra grande vantagem, sendo o animal: “*um ponto de interesse para eles cuidar*” TECm_7. Ser cuidador, principal ou secundário desenvolve um sentimento de

utilidade ao idoso: *“Eles sentem-se ativos, eles sentem-se úteis”* CLBf_1 e um sentido de responsabilidade: *“ (...) o facto de terem a preocupação diária de cuidarem...”* TECf_4, ao ter algo que depende de si e que necessita de cuidados. A função de cuidador, segundo uma idosa voluntária num lar de idosos, incentivaria à atividade física, pela necessidade de levar o cão ao exterior: *“Era uma maneira de os tirar do sofá (...) e a própria pessoa caminhava e nem se apercebia que andava a caminhar”* IDf_4. Um idoso, a frequentar Centro de Dia sugeriu à Direção da instituição, a criação de galinhas para servir de alimento aos utentes, o qual foi negado, alegando ser proibido. De acordo com Fox (1981), animais numa instituição, como cães, gatos ou periquitos preencheriam a necessidade do idoso, em cuidar e ter alguém para amar. Falar, acariciar e brincar com um animal proporciona um foco de interesse para o idoso, permitindo recuperar em situação de doença e/ou lidar com situações difíceis (Heathcote, 2010; McNicholas et al., 2006; Ormerod, 2012).

A promoção e a manutenção da saúde mental (n=7) são também vantagens apontadas, nomeadamente na área da Demência. O efeito calmante proporcionado pelo animal: *“la distrai-los mais um bocado, ia acalmá-los.”* CLBf_3, aliado à capacidade de invocar memórias: *“Param de gritar, acham piada, devem recordar, ter outras memórias e tem um efeito muito tranquilizador.”* TECf_8. Num estudo realizado por Edwards e Beck (2002, cit. in Heathcote, 2010), após a introdução de um aquário numa unidade de demência, concluíram que o comportamento de deambulação diminuiu e a ingestão de nutrientes aumentou. Nas instituições, o animal pode constituir um meio para atingir um objetivo ou ser o objetivo em si. Destacam-se os trabalhos dos técnicos das áreas da Animação Sociocultural e da Psicologia. Na área da Animação, uma técnica e a sua cadela, constituem uma dupla certificada em Intervenções Assistidas por Animais e desenvolvem atividades com os idosos institucionalizados. Este facto vai ao encontro de Jacob (2007), que salienta a presença de um animal de estimação (gato, cão ou pássaro), como um elemento importante de animação, em instituições para idosos. Perante a impossibilidade da presença de um animal, uma psicóloga mencionou usá-lo como ferramenta de trabalho, na reminiscência e na construção do livro da memória, que realizam na instituição. Subramaniam e Woods (2012, cit in Anderson et al., 2015) evidenciam o valor terapêutico dos programas de reminiscência, que envolvam os

animais de estimação, especialmente com idosos que apresentem défices cognitivos. De acordo com Beck e Katcher (1996), o animal é uma ferramenta para a *“reminiscência e para a fantasia”* (p.131), podendo constituir importantes ferramentas terapêuticas, ao permitirem uma ligação emocional e servirem de catalisador social em contexto institucional (Fox, 1981; Wells, 2009).

Foi ainda realçada por uma técnica e uma colaboradora, a importância do animal como uma fonte de estimulação, sensorial: *“É um estímulo sensorial por causa do toque, do cheiro.”* TECf_10 e motora: *“a nível motor até para eles é positivo”* CLBf_4, assim como um facilitador da interação: *“Só o facto de ela entrar ali, eles já espevitam, já reagem e sorriem e já conversam com os colegas.”* TECf_10. O toque, ao proporcionar um efeito calmante, e o cheiro do animal, como estímulos sensoriais, promovem um sentimento de afeto e bem-estar (Crego & Santos, 2002; Fossey & Lawrence, 2013; Kawamura et. al., 2009; Prosser et al., 2008; Reynolds, 2012). Idosos habituados a conviver com animais, têm mais facilidade e revelam estar mais à vontade neste contacto. O facto de o idoso ter tido, previamente, um animal de estimação condiciona a forma como irá responder a um animal, em contexto institucional. Uma das técnicas referiu que o contacto com a cadela era superior em idosos que tinham tido cães anteriormente, confirmando outros estudos (Heathcote, 2010). Curiosamente, uma técnica e uma colaboradora, da mesma instituição, referiram que o contacto com os animais residentes, as ajudou a ultrapassar o medo e/ou fobia que tinham. Para Heathcote (2010) estar com um animal pode promover reações espontâneas e o indivíduo começar a falar sobre si, do seu passado e até dos animais de estimação que teve anteriormente. Uma técnica partilhou o momento em que trouxe a cadela para a instituição: *“ (...) o engraçado era ela ir para a beira de algumas pessoas que normalmente nunca pensaria, e deitar-se nos pés e eles começam a interagir e a falar.”* TECf_9.

Ainda, o animal é percebido pelos profissionais como uma fonte de segurança emocional, traduzida num sentimento de carinho e conforto (n=5): *“ (...) é confortante para eles, o cão ir à beira deles.”* CLBf_1, associado, por vezes, ao sentimento de abandono: *“Na terceira idade existe muito o abandono, não é? E por muito que nós tentemos ser a família que alguns não têm, é diferente haver ali aquele carinho incondicional de um animal. Acho que faz muita diferença, muita.”*

CLBf_2. A capacidade do animal em não efetuar juízos de valor transmite segurança e permite atenuar a solidão: “(...) *temos alguns idosos que nós notamos que apesar de estarem num grupo é como se estivessem sozinhos (...) com o animal conseguiriam transmitir algum sentimento, que não transmitem às pessoas que estão em redor deles.*” TECf_5.

Por seu lado, duas colaboradoras associam ainda a presença de um animal residente na instituição, à lembrança de casa: (...) *é uma mais-valia porque também se lembram da casa. Porque isto é a casa deles e eles como em casa tinham animais, para eles é muito bom ter animais aqui também.*” CLBf_1. Outras duas referem que a possibilidade do idoso trazer o seu animal, facilitaria a sua adaptação: “*Há idosos que estão habituados com aqueles animaizinhos deles em casa. Eu acho que até faziam bem, que muitos costumam-se habituar nos lares e... pronto! Trazer o seu animal, o seu animalzinho, trazê-lo... [I: Acha que iria ajudar a adaptar-se?] Sim.*” CLBf_7, favorecendo a manutenção do laço: “*Se fosse animal que já trouxessem, eles vinham dedicados a ele.*” IDf_4 e proporcionando um incentivo a cuidar. A presença de animais nas instituições estaria associada à lembrança de casa, pois a maioria dos idosos provinha de meios rurais, estando habituados a conviver com animais domésticos ou de quinta. A possibilidade de o idoso ter o seu animal na instituição ou beneficiar da presença de um animal residente, permitiria ao (futuro) residente “sentir-se em casa”. (Ashurst, 1999; Banks & Banks, 2002 cit in Heathcote, 2010).

Foi ainda referida a importância da presença do animal do idoso na instituição, como um possível tema de conversa, possibilitando assim estabelecer relações com os atuais residentes e proporcionando um sentimento de segurança, ao permitir que o animal permaneça no quarto do idoso durante a noite, por exemplo (Ashurst, 1999). Melo (1998, cit in Martins, 2006) defende que a satisfação com o ambiente residencial surge associada, ao sentido de bem-estar psicológico do idoso, sendo o animal um elemento promotor de bem-estar.

Para além do impacto positivo junto dos idosos, também os funcionários da instituição, salientam alguns benefícios da presença de um animal, como fonte de bem-estar: “ (...) *em termos de funcionários, acho que a presença de um animal (...) Elas verbalizam isso. Quando trago a «Boo» parece que o dia até é melhor!*”

TECf_10, proporcionada pelo convívio com o animal. A segurança física, nomeadamente com a presença de um cão residente, é verbalizada por uma colaboradora, como vantajoso: “ (...) *acaba por ser uma segurança para nós (...) ela também pode ver algo que nós não vemos na parte de fora e também acaba por nos alertar mais cá dentro, principalmente no turno da noite.*” CLBf_8. Assim, a presença de um animal parece beneficiar idosos e profissionais, assim como o próprio ambiente institucional (Heathcote, 2010).

A imagem da instituição, como entidade, também beneficia com a presença de um animal e é indicada por uma técnica: “ *Os animais, neste tipo de instituição, também melhoram a imagem social das instituições na comunidade.*” TECf_10. Uma vez que a entrada para um lar está geralmente associada a representações negativas por parte da sociedade, emergindo sentimentos como o abandono, a morte ou o sofrimento (Pimentel, 2001). A presença do animal ajudaria, deste modo, a desmistificar esta imagem. A mesma técnica revelou que nas saídas ao exterior com os idosos, quando levava a cadela, um maior número de pessoas se aproximava do grupo, sendo o animal um foco de atenção e possibilitando a interação. Contudo, uma das instituições participantes tinha na porta de acesso, o dístico de proibição de entrada de animais que, de acordo com os profissionais entrevistados, já estaria colocado há anos. Automaticamente é criada uma barreira, num primeiro momento, visual, assumindo de imediato, a impossibilidade de entrada e permanência de animais em instituições.

Relativamente às **Desvantagens**, a presença e/ou permanência de um animal numa instituição pode levantar diversas questões. As principais desvantagens apontadas por metade dos profissionais (n=10) relacionam-se sobretudo com a higiene e a saúde. A higienização dos espaços da instituição foi o principal foco: “ (...) *ter que limpar as coisas que eles sujasse*” CLBf_3, existindo a necessidade de um cuidado redobrado, de forma a assegurar o bem-estar de ambas as partes: “*Há um cuidado em termos higiénicos que tem de existir.*” TECf_4. A segurança e higiene alimentar, através da presença do HCCP, em grande parte das instituições foi igualmente referida por dois técnicos: “*Eu acho que também implica um bocadinho com o HCCP, com a higiene...*” TECf_6. Respeitante à saúde do idoso, destacam-se primeiramente as alergias, nomeadamente ao pelo (n=9): “ (...) *pode haver pessoas alérgicas e nós tendo um animal e entrando uma pessoa*

alérgica, isso pode ser um problema!” CLBf_2; o risco de queda (n=2): “ (...) *temos de ter cuidado para não se atropelarem nos pés deles.*” TECf_8, de forma a evitar acidentes: “*Basta uma pequena distração para um idoso cair.*” TECf_10 e as doenças (n=2) “*a nível da transmissão de doenças*” TECf_1.

Assim, as principais preocupações apontadas pelos profissionais, relativamente à presença de um animal numa instituição, relacionam-se essencialmente, com a higiene, a segurança e a saúde dos residentes, o que é consoante com outros estudos (Dono & Ormerod, 2005 cit in Pooley, 2007; Fossey & Lawrence, 2013; Heathcote, 2010; McNicholas et al., 2005, 2014). Contudo, estas preocupações podem ser facilmente contornadas. Na área da saúde, nomeadamente das alergias, McNicholas et al. (2005) refere um estudo realizado na Universidade de West Virgínia (EUA) que salienta que, com os cuidados adequados e uma higiene diária, as reações alérgicas diminuíam até 95%. Segundo a SCAS (*Society for Companion Animal Studies*), o animal estar no exterior, por exemplo, poderá ajudar a controlar o risco de alergia (Heathcote, 2010). De facto, num sistema controlado de saúde, como o europeu, os benefícios em ter um animal de estimação poderão superar os riscos (Brodie, Biley & Shewring, 2002 cit in Heathcote, 2010).

Relativamente às questões internas, a logística é a principal desvantagem referida pelos profissionais (n=5): “*Porque em termos logísticos é um bocado complicado.*” TECm_11, uma vez que os quartos nas instituições são geralmente duplos: “*Eu penso que será a nível logístico, porque os quartos são partilhados.*” CLBf_1 e a alteração na dinâmica dos cuidados prestados: “*Outra coisa é nós termos 40 residentes, se cada um trouxesse o seu animal de estimação, seriam 40 animais de estimação, não é? Ia ser muito complicado.*” CLBf_2. Associado surge o nível crescente de dependência do idoso: “ (...) *mesmo a nível de dependência deles, um animal iria trazer... mais trabalho*” CLBf_1 constituindo uma preocupação referida essencialmente pelos colaboradores. A prestação de cuidados a idosos e a animais em simultâneo, poderá segundo um dos idosos, atingir um nível de “*saturação*” IDm_1, dos cuidadores. No presente estudo, os profissionais eram os principais responsáveis, pela prestação de cuidados aos animais residentes nas instituições. Contudo, nomeadamente os colaboradores revelaram estar apreensivos com o trabalho acrescido, com a presença de um animal residente,

alegando colocar em causa a eficácia dos cuidados prestados aos idosos, consoante o estudo de Fossey e Lawrence (2013). Este facto pode dever-se ao número elevado de horas de trabalho, associado ao cansaço físico e psicológico de ser cuidador, assim como a falta de formação profissional dos profissionais. Revelando ser necessário, a nível institucional, a existência de um manual de procedimentos ou registo de tarefas que competem ao Auxiliar de Ação Direta, lembrando igualmente a importância de envolver o idoso, na prestação de cuidados, incentivando a autonomia e promovendo o bem-estar.

A tomada de decisão sobre a introdução e/ou permanência de animais foi considerada igualmente uma desvantagem por três dos técnicos, uma vez que esta decisão, cabe essencialmente às Direções das instituições: *“Isso é uma questão, que se calhar, deveria ser colocada superiormente. Porque nós somos técnicos da instituição, mas não tomamos essas decisões.”* TECf_6. Perante um parecer negativo da Direção: *“Não sei quais são os motivos dele (Presidente da Direção), mas entende que animais cá dentro que não.”* TECf_4 emerge uma falha no diálogo entre Direção e técnicos: *“Eu acho que cabe ao técnico e acho que nesse aspeto, as Direções devem ouvir os técnicos e respeitar a decisão dos técnicos.”* TECf_4. Os técnicos, apesar de consciencializados sobre as vantagens em ter um animal numa instituição, referem, nomeadamente os Diretores Técnicos, nunca serem questionados, por idosos e/ou familiares, sobre a possibilidade de levarem o animal de estimação para a instituição. Estes assumem igualmente não interrogar o idoso, se este possui ou não um animal, tendo apenas conhecimento desse facto, em caso de hospitalização, por exemplo.

Na procura de uma estrutura residencial, a inscrição é o primeiro passo. O Manual das Boas Práticas, como guia para o acolhimento residencial das pessoas mais velhas, elaborado pela Segurança Social, recomenda que na entrevista de candidatura a uma estrutura residencial, o idoso deve ser informado sobre *“a possibilidade de trazer objetos pessoais - mobiliário, objetos de valor afetivo e familiar, animal de estimação; deve ser explicado ao candidato se a estrutura residencial tem ou não condições para que o residente tenha consigo estes objetos ou para acolher animais de estimação”* (p.41). Este facto vai ao encontro do estudo de Rowntree (McNicholas, 2014), não sendo apurado se o idoso possui, ou não, um animal de estimação, no ato de inscrição. Para Pimentel (2001), perante a

institucionalização do idoso, as necessidades sociais e afetivas são colocadas em segundo plano, em detrimento das necessidades fisiológicas dos residentes. Anderson et al. (2015) reforçam a necessidade de os técnicos atualizarem os seus questionários de recolha de dados, de forma a incluir a experiência e o valor da relação do (futuro) residente com o seu animal de estimação.

O passo seguinte é a admissão, geralmente a cabo dos Diretores Técnicos. Ainda segundo Manual de Boas Práticas, no processo de admissão e respeitante aos bens do residente: *“Se o residente tiver um animal de estimação que lhe é querido e com o qual tem uma relação afetiva forte, a residência deve permitir que este seja acomodado nas suas instalações, desde que exista espaço e não perturbe ou incomode os outros residentes”* (pág.43). Entre as 11 instituições participantes, apenas uma permitia aos futuros residentes trazer o seu animal de estimação, confirmando os estudos de McNicholas (1993 cit in Reynolds, 2012, McNicholas, 2008) e Anderson e colaboradores (2015). Nesta instituição, a decisão era conjunta, envolvendo tanto o idoso e a família, como a disponibilidade e as condições, que a instituição apresentasse no momento. Apesar de serem raros os pedidos, as instituições assumem já ter feito exceções, permitindo o animal permanecer com o idoso, mas num espaço restrito ou autorizando a visita do animal (ainda que no espaço exterior), através da família, como mediador. Anderson et al. (2015) apontam que a visita do animal ao idoso deve ser incentivada pelos profissionais. Uma técnica referiu, ainda, que a proibição em ter um animal de estimação constava no Regulamento Interno da instituição. Perante a impossibilidade de acolher o animal, uma outra técnica evidenciou o papel das instituições na procura de alternativas (e.g. canil), que assegurassem o seu bem-estar. McNicholas, num estudo realizado em 2008 para a PFMA (*Pet Food Manufacturer’s Association*), apurou que apenas 27% das instituições participantes ofereciam apoio para realojar o animal do idoso, divulgando listas com contactos de associações de animais, por exemplo.

A entrada para uma instituição é uma nova etapa na vida do idoso. Uma boa adaptação depende de fatores, como o estado de saúde, as redes de apoio, o ingresso voluntário e a instituição em si, em termos de organização e funcionamento. A possibilidade de o idoso trazer os seus pertences, como roupa e objetos pessoais e simbólicos (e.g. fotografias) cria uma ligação entre o passado e

o presente, ao possibilitar a recriação de um ambiente familiar, permitindo preservar a sua identidade. O animal de estimação, com quem o idoso está familiarizado, proporcionaria uma fonte de conforto e segurança, facilitando a adaptação a este novo contexto. Assim, na prática, revela-se importante rever os regulamentos internos e, no processo de admissão (e até mesmo de inscrição), dever-se-ia explorar se o futuro residente tem um animal e qual a importância deste para si. No caso de a instituição ter um animal residente, deveria ser questionado ao idoso se gosta de animais, se tem alergias, permitindo-lhe escolher se deseja conviver ou não, com o animal. Revela-se fundamental, de acordo com Amaro (2013), a instituição conhecer a história de vida, a personalidade, assim como os relações familiares e na comunidade, do seu residente. Ormerod (2012) defende que as instituições optariam por políticas animais favoráveis, se fossem informadas acerca dos benefícios a nível da saúde e sociais existentes, permitindo, deste modo, ao idoso manter o seu animal de estimação, mesmo quando institucionalizado, ao ter conhecimento de experiências positivas, vivenciadas por outras instituições.

As características do animal, como o tipo: “ (...) *que tipo de animal que vamos estar a por aqui*” CLBf_2; o tamanho: “*Dependia do tamanho do animal.*” TECf_2 e a idade: “ (...) *quando são animais bastante jovens e que ainda precisam de ser ensinados*” TECf_4, são dificuldades apontadas especialmente pelos técnicos (n=5). Paralelamente estão os custos associados, desde a alimentação à ida ao veterinário referido por quatro dos profissionais: “*Porque um animal, para ser bem estimadinho... estimado fica um bocadinho caro. (...) Tem que ser comida, tem que ir ao veterinário, tem que levar as vacinas, tem que andar sempre em dia, não é?*” CLBf_5. A educação do animal: (...) *a nível da educação é difícil*” TECf_9, assim como a responsabilidade sobre este: “*Um cão é de todos e não é de ninguém, porque em termos de responsabilidade depois como é tudo diluído... Aqui nesta realidade acho que seria difícil.*” TECf_10 poderão constituir obstáculos. Quando existe um animal residente (e.g. cão), geralmente encontra-se no exterior, dificultando a interação com os residentes, devido a por exemplo: dificuldades de locomoção. No entanto, outros animais, como peixes ou pássaros, encontram-se nas salas de convívio das instituições, permitindo aos idosos um acesso facilitado e beneficiando da sua presença.

As questões arquitetónicas são uma das desvantagens apresentadas pelos profissionais (n=5), nomeadamente a situação do animal, por vezes, estar restrito ao espaço exterior da instituição: *“Portanto, podemos ter um animal na instituição, no exterior só. E se for no exterior, ele não vai servir para conviver com eles, porque... porque eles não vão, não vão lá para fora.”* CLBf_2, limitando a interação com os idosos: *“Não há tanta interação porque ela está lá fora. São poucos os que andam lá por fora (...) e como está lá fora é um condicionante realmente para a interação.”* TECf_10. Uma idosa refere ainda a inexistência de espaços adequados nas instituições, para acomodar os animais: *“Falta de espaço para acolher os animais.”* IDf_7.

As leis em vigor, segundo três colaboradoras, constituem um entrave à permanência de um animal numa instituição: *“ Entretanto não tivemos mais nenhum, porque a nível legal ainda não é muito fácil...”* CLBf2. A perceção de uma instituição como entidade/organização foi mencionada por um dos técnicos: *“Porque acho que ainda não há aquela ideia de ver um animal dentro de um refeitório, dentro de uma sala de estar, dentro de um quarto. Porque somos uma instituição, percebe?”* TECf_8. Perante as dificuldades legais apontadas, e de acordo com este estudo, o principal impedimento reside nas Direções das instituições, como visto anteriormente. Em Portugal não existe uma lei que proíba a introdução e permanência de animais numa instituição de carácter social, sendo atribuído às instituições o poder de decisão. De acordo com o Decreto-Lei n. 276/2001, respeitante às licenças de alojamento *“Os alojamentos de animais de companhia para hospedagem sem fins lucrativos, com fins comerciais e com fins higiénicos carecem de licença de utilização, a emitir pela câmara municipal da área”* (no artigo 3º, alínea 1, p. 6573), deste modo, as instituições não necessitam de uma licença, para ter e manter animais nas suas instalações. Perante a lei, uma instituição pode classificar-se como um *“alojamento para hospedagem sem fins lucrativos”*, entendendo-se por *«Alojamento»* como *“qualquer instalação, edifício, grupo de edifícios ou outro local, podendo incluir zona não completamente fechada, onde os animais de companhia se encontram mantidos”* e *“Hospedagem”* como *“alojamento, permanente ou temporário, de um animal de companhia”* (alíneas n e o, p.6572) Assim, uma instituição de carácter social poderá, ainda, ser considerada como uma *«Hospedagem sem fins lucrativos»*, igualmente definida no mesmo

artigo como um *“alojamento, permanente ou temporário, de animais de companhia que não vise a obtenção de rendimentos”* (alínea p, p.6573). Uma instituição deve, acima de tudo, assegurar os princípios básicos para o bem-estar do animal, como o alojamento, a alimentação, a segurança e os cuidados de saúde adequados.

Perante as desvantagens apuradas, foram sendo apresentadas **(possíveis) Soluções** pelos participantes, de forma a permitir a introdução e permanência de um animal de estimação numa instituição.

As condições de segurança e higiene, de acordo com os profissionais, devem ser asseguradas: *“(..) desde que garanta, pronto, as condições de higiene e segurança para os idosos, tanto para os animais.”* TECf_1, de forma garantir o bem-estar de ambas as partes.

O poder de decisão sobre a introdução de animais nas instituições, de acordo com uma técnica, deveria ser da responsabilidade dos técnicos: *“Devem ser decididas pelos técnicos (...) que conseguem dosear na balança o que é benefício e aquilo que não é benefício e verificar se de facto, há essa possibilidade e compatibilidade dessa situação vir a acontecer.”* TECf_4. O correto planeamento é igualmente avançado pela mesma técnica: *“(..) acredito que se a situação for levada a uma reunião de Direção, se for bem planeada, que poderá eventualmente ser aceite (...)”* TECf_4. Uma outra técnica refere que aos atuais residentes deveria ser também dada “voz” e poder de decisão, realçando a importância da *“autorização dos restantes residentes”* TECf_2, de forma a evitar que o animal possa causar perturbação ou angústia (Fossey & Lawrence, 2013). Duas técnicas referiram existir idosos que não gostam de animais e que rejeitam qualquer contacto: *“A única questão é que temos pessoas que não gostam e que os animais não são para estar dentro de casa, e tenho idosos que me dizem isto diariamente.”* TECf_9. Para Heathcote (2010), este fator deve ser tido em conta, antes de introduzir um animal numa instituição. A presença de um animal envolve planeamento, compromisso e envolvimento por parte dos profissionais, de forma a assegurar que idosos e animais têm os cuidados adequados (Heathcote, 2010; Fossey & Lawrence, 2013).

As características do animal como o tamanho: *“Dependia do tamanho do animal, como é que era o animal...”* TECf_2 e a capacidade de socialização: *“Tinha*

que ver como é que era o animal, a reação, como é que ele se dava com os outros.” TECm_7 seriam também aspetos a considerar. Perante a falta de tempo e de conhecimentos sobre os benefícios de um animal numa instituição, uma colaboradora e um técnico referem a importância de existirem técnicos especializados, devido à sua falta de tempo: “ (...) *teriam que ter pessoal especializado para isso. Porque nós próprios não temos aquele tempo suficiente para lhes dar atenção nessa área.*” CLBf_3 e de formação na área: “ (...) *deveria haver um técnico, alguém que lide, que treine para fazer essa ligação, porque nós não sabemos certas técnicas de trabalhar com o animal (...) pelo menos num momento inicial.*” TECm_11. Uma técnica reforça a necessidade, no caso de um cão, de realizar “*o treino básico de obediência*” TECf_10. Perante os custos associados à alimentação ou a despesas veterinárias, dois profissionais referiram a possibilidade de alimentar o animal com a comida que sobra do refeitório, assim como a possibilidade de os funcionários contribuírem com ajuda monetária, através de uma coleta. A maioria dos profissionais realça a necessidade de formação, sobre a importância da relação animal-idoso, nomeadamente acerca das consequências da separação do animal e possíveis formas de atuação, em situações de não adaptação ao lar: “ (...) *era mais fácil talvez, nós também lidar com as situações que possam acontecer, não é? (...) se calhar até optar ou arranjarmos estratégias de que possam perder o medo.*” CLBf_8. Tal como no estudo de Coventry (McNicholas, 2008), a maioria dos profissionais não tinha conhecimento dos problemas físicos e comportamentais do idoso, resultantes da perda ou separação de um animal de estimação. Apesar de raras, alguns profissionais partilharam experiências de atuação, perante estas situações tal como, permitir a visita do animal ao idoso (ainda que no exterior) ou a possibilidade de este ir a casa, visitar e alimentar o animal. McNicholas (2008) sugere a criação de um manual de boas práticas, aplicável a instituições que permitam ou não animais, de forma a lidar eficazmente com este tipo de situações. O manual estaria dividido em cinco pontos: 1) conhecimento – destacar a importância da relação do idoso com o animal, os benefícios que advêm e o que acontece quando a relação termina; 2) reconhecer e aceitar – necessidade em reconhecer quando o idoso está triste com a separação do seu animal, assim como identificar sinais que a pessoa está perante um processo de luto; 3) explorar – no processo de inscrição, se o idoso tem algum animal de estimação e qual a natureza da relação; 4) evitar ou amenizar o luto –

existência de procedimentos, para ajudar o idoso a atenuar o sentimento de perda e 5) adotar medidas – de forma a permitir a manutenção da relação entre o idoso e o seu animal, assim como para a higiene e saúde do animal.

Ao nível das limitações arquitetônicas anteriormente apontadas, uma idosa refere a importância de se contemplar um espaço adequado para albergar os animais de estimação, já desde a projeção de uma instituição: “*Quando se projeta um lar deveria ser pensada essa situação... Criar condições em paralelo para o acolhimento dos animais*” IDf_7. A construção de alojamentos para os animais: “*se pudessem arranjar umas jaulas para o cão, cada um tinha o seu cão, por exemplo*”. IDf_2 ou até mesmo um simples caixote: “*Eu tinha que lá ter um caixote, para a ter lá à minha beira, então... Ou um sítio onde eu pudesse falar com ela e vê-la (...)*” IDf_6 foram sugestões apresentadas pelos idosos, com o objetivo de manter o relacionamento com o seu animal.

Perante a impossibilidade de o idoso trazer o seu animal para a instituição, uma das colaboradoras reforça a importância da família, como elo de ligação: “*(...) não podemos leva-lo a casa do idoso, para cuidar ou estar um bocadinho com o seu animal. Acho que isso é também um bocadinho a parte da família*” CLBf_6.

Capítulo IV – Conclusão

O presente estudo permitiu uma reflexão, por parte de idosos e profissionais, sobre a importância do animal de estimação e da sua (possível) integração, em estruturas residenciais para idosos. No caso dos idosos, o estudo possibilitou compreender a importância da relação com o animal de estimação, os fatores que contribuem para a importância desta relação e perceber qual o impacto desta relação, em caso de separação, nomeadamente com a entrada para uma instituição. Os profissionais, por sua vez, reconheceram os benefícios da relação do idoso com o seu animal, apesar de salientarem obstáculos, à permanência de animais nas instituições.

Entre os (possíveis e futuros) residentes e os profissionais revela-se uma falha de comunicação, relativamente a toda a dinâmica institucional, com a necessidade de explicitar direitos e deveres de ambas as partes, já no processo de inscrição. Cardão (2009) alerta para a importância do ambiente institucional centrar-se na pessoa, proporcionando uma base segura, na qual as capacidades individuais devem ser preservadas e o bem-estar assegurado. Por conseguinte, emerge a necessidade de refletir sobre o “laço de afeto” estabelecido (e o consequente corte devido à institucionalização) entre o idoso e o seu animal de estimação, uma vez que este é parte integrante da sua identidade e da sua história de vida. O tempo passado com o animal, entre cuidados e brincadeiras, paralelamente à sua humanização, atribuindo-lhe personalidade, emoções e sentimento elevam-no à categoria de amigo. Assim, perder um animal é como perder um amigo, desencadeando um processo semelhante a um luto.

Em contexto institucional, o projeto de vida do idoso, dinâmico e contínuo, deve adequar-se às suas necessidades físicas e emocionais. Contudo, as normas institucionais, ainda que (por vezes) flexíveis, limitam a autonomia e a realização pessoal, pois devido às normas de segurança e higiene “ (...) torna-se agora impossível comer alimentos cultivados no jardim de um lar de repouso, fazer um churrasco no terraço, desfrutar da companhia de um animal (...) ” (Gineste & Pellissier, 2008, p.229). Emerge a necessidade, dos responsáveis pela elaboração das normas e regras institucionais, de terem a capacidade de “estabelecer a

distinção entre proteção da vida e destruição do ser vivo” (p.229), respeitando a individualidade e proporcionando um espaço familiar facilitando deste modo, a integração e a adaptação do idoso a esta nova fase da sua vida. Uma vez que a Segurança Social, entidade responsável por orientar e supervisionar as respostas dirigidas à população idosa, não dispõe de qualquer documento que impeça a entrada e permanência de animais em instituições, cabe às Direções e aos seus membros constituintes, esta decisão. Contudo ter um animal residente envolve compromisso e responsabilidade, devendo ser uma decisão bem planeada, balanceando-se prós e contras e respeitando-se as opiniões dos diversos intervenientes (Direções, técnicos, colaboradores, residentes e familiares).

As vantagens em ter um animal de estimação ultrapassam claramente as desvantagens e os possíveis obstáculos que possam surgir. Urge a necessidade de reorganizar o espaço institucional, físico e humano, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus atuais e futuros residentes, permitindo a realização pessoal, com base na singularidade e na experiência de vida.

Importa realçar a importância da partilha entre profissionais, das boas práticas institucionais, nomeadamente de experiências relacionadas com animais, residentes ou pontuais. Assim como investir em formação profissional sobre a importância da relação indivíduo- animal e possíveis consequências da perda e/ou separação deste, nomeadamente em idade mais avançada.

Acima de tudo, esperamos que este estudo permita dar uma maior visibilidade, à necessidade de se pensar e debater de forma mais alargada e aprofundada estas questões, sensibilizando tanto idosos (e eventuais futuros residentes numa instituição), como profissionais, para questionar e refletir na importância que a relação idoso-animal pode ter e de que forma, esta pode ser mantida aquando desta importante transição de vida.

Salientamos o facto de se terem tentado ouvir as diversas perspetivas, de forma a melhor compreender o nosso objeto de estudo. Ainda assim, consideramos importante realçar algumas limitações, nomeadamente a não homogeneidade da amostra e a recusa de alguns técnicos em serem entrevistados, uma vez que as suas opiniões diferiam da maioria. Este facto remete-nos para a principal limitação deste estudo, relacionada com a desejabilidade social e a propensão dos

participantes, em poder ter dado respostas consideradas como socialmente aceitáveis.

Em investigações futuras seria relevante alargar a amostra, incluindo idosos com um maior grau de escolaridade e um maior número de profissionais do sexo masculino, assim como entrevistar membros de Direção e familiares. Seria pertinente, fazer um levantamento do número de idosos, residentes na comunidade que possuem animais, assim como o número de estruturas residenciais para idosos, que acolham animais. A perspetiva de idosos institucionalizados, sobre a relação que mantinha com o animal de estimação e como lidaram com a separação deste, seria igualmente uma opção a considerar. Tal como explorar o ponto de vista de profissionais, inseridos em outro tipo de respostas sociais ligadas à terceira idade, como Centros de Dia ou Serviços de Apoio Domiciliário. A opinião de técnicos da Segurança Social, como entidade reguladora dos serviços ligados ao idoso, seria outra importante fonte de informação, relacionando o Manual de Boas Práticas com as realidades institucionais. Realizar entrevistas a idosos que não possuem animais, no sentido de apurar quais as razões inerentes à não adoção de animais, seria igualmente relevante.

A entrada para uma instituição, pode ser uma das decisões mais difíceis na vida de um idoso, envolvendo perdas e corte de laços, inclusive com o seu animal de estimação. Terminamos com as palavras de uma colaboradora: *“O que é nosso, nós temos dificuldade em abrir mão e quando é um ser vivo, mais. É preciso ter um amor sublime para conseguir separar-se «Tu tens de ficar aqui, porque eu tenho de ir.»”* CLBf_9.

Referências bibliográficas

- Ainsworth, M.D.S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, *44*, 709-716. doi:10.1037/0003-066x.44.4.709
- Amaro, M. (2013). *A Transformação da Identidade em Idosos Institucionalizados – Um Estudo de Casos Múltiplos*. (Dissertação de Mestrado em Educação Social). Escola Superior de Educação de Bragança, Bragança
- American Veterinary Medical Association, disponível em: <https://www.avma.org/KB/Resources/Reference/human-animal-bond/Pages/Human-Animal-Bond-AVMA.aspx>
- Anderson, K. A., Lord, L. K., Hill, L. N., & McCune, S. (2015). Fostering the Human-Animal Bond for Older Adults: Challenges and Opportunities. *Activities, Adaptation & Aging*, *39* (1), 32– 42. doi:10.1080/01924788.2015.994447
- Ashurst, A. (1999). Pets welcome: a feasible nursing home policy? *Nursing and Residential Care*, *1* (2), 126 – 127. doi:10.12968/nrec.1999.1.2.7904
- Banks, M. R., Willoughby, L. M., & Banks, W. A. (2008). Animal-Assisted Therapy and Loneliness in Nursing Homes: Use of Robotic versus Living Dogs. *Journal of the American Medical Directors Association*, *9*(3), 173–177. doi:10.1016/j.jamda.2007.11.007
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Beck, A. & Katcher, A. (1996). *Between pets and people: the importance of animal companionship*. New York: Purdue University
- Bowlby, J. (1978). Attachment and Loss, Vol.1. Attachment. Harmondsworth: Penguin Books. (trabalho original publicado em 1969)
- Bowlby, J. (1988). Developmental psychiatry comes of age. *American Journal of Psychiatry*, *145*, 1-10. doi:10.1176/ajp.145.1.1

- Brown, O. & Symons, D. (2016). My pet has passed: Relations of adult attachment styles and current feelings of grief and trauma after the event. *Death Studies*, 40:4, 247-255. doi: 10.1080/07481187.2015.1128499
- Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório 2015, disponível em <http://www.cartasocial.pt/pdf/csocal2015.pdf>
- Carvalho, P. & Dias, O. (2011). Adaptação dos Idosos Institucionalizados. *Millenium*, 40: 161-184.
- Chur-Hansen, A., Winefield, H., & Beckwith, M. (2008). Reasons Given by Elderly Men and Women for Not Owning a Pet, and the Implications for Clinical Practice and Research. *Journal of Health Psychology*, 13(8), 988–995. doi:10.1177/1359105308097961
- Chur-Hansen, A., Winefield, H. R., & Beckwith, M. (2009). Companion Animals for Elderly Women: The Importance of Attachment. *Qualitative Research in Psychology*, 6(4), 281–293. doi:10.1080/14780880802314288
- Crego, M. & Santos, J. (2003). *Intervencion Gerontológica*. Santiago de Compostela: Segra Ediciones
- Decreto n.º13/1993, de 13 de abril, disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/689623>
- Decreto-Lei nº 276/2001 de 17 de Outubro, disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/626241>
- Faria, C. G., & Carmo, M. P. (2015). Transição e (In) Adaptação ao Lar de Idosos: Um Estudo Qualitativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 435–442. doi:10.1590/0102-37722015042472435442
- Ferreira, A. (2012). Benefícios terapéuticos por empleo de los animales de compañía en el cuidado de salud de las personas mayores. *Gerencia y Políticas de Salud*, 11 (22), Disponível em <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/gerepolsal/article/view/3289>

- Fonseca, A. (2012). *Desenvolvimento Psicológico e Processos de Transição – Adaptação no Decurso do Envelhecimento*. In C. Paúl & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de Gerontologia: Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp. 95-106). Lisboa: Lidel
- Fossey, J. & Lawrence, V. (2013). Staff Views on the Involvement of Animals in Care Home Life: An Exploratory Study. *The Journal of Sociology & Social Welfare*: 40 (4), Article 16, disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.893.1225&rep=rep1&type=pdf>
- Fox, M. (1981). Relationships between the human and nonhuman animals. In Bruce Fogle (Ed.), *Interrelations between people and pets* (pp. 23-40). Illinois: Charles C. Thomas
- Garrity, T. F., Stallones, L., Marx, M. B., & Johnson, T. P. (1989). Pet Ownership and Attachment as Supportive Factors in the Health of the Elderly. *Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals*, 3(1), 35–44. doi:10.2752/089279390787057829
- GfK (2015,1 de Outubro). Portugal é um país Pet-Friendly. [notícia]. Disponível em <http://www.gfk.com/pt/insights/press-release/portugal-e-um-pais-pet-friendly/>
- Gineste, Y., Pellissier, J. (2008). *Humanidade – Cuidar e compreender a velhice*. Piaget
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID. (2005). *Manual de Boas Práticas: Um guia para o acolhimento residencial das pessoas mais velhas*. Lisboa: Instituto da Segurança Social
- Heathcote, J. (2010). Paws for thought: involving animals in care. *Nursing and Residential Care*, 12(3), 145–148. doi:10.12968/nrec.2010.12.3.46687
- INE. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos -Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

- INE. (2017). Estimativas de População Residente em Portugal. Divulgado a 15 de Junho de 2018 e disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUE_Sdest_boui=281137261&DESTAQUE_Smodo=2
- International Federation on Ageing (IFA) & Bayer HealthCare Animal Health (2014). Companion Animals and the Health of Older Persons., disponível em <https://www.ifa-fiv.org/wp-content/uploads/2014/09/Companion-Animals-and-Older-Persons-Full-Report-Online.pdf>
- Jacob, L. (2007). *Animação de Idosos*. Porto: Ambar.
- Johansson, M., Ahlström, G., & Jönsson, A.-C. (2014). Living with companion animals after stroke: experiences of older people in community and primary care nursing. *British Journal of Community Nursing*, 19(12), 578–584. doi:10.12968/bjcn.2014.19.12.578
- Kaiser, L., Spence, L. J., McGavin, L., Struble, L., & Keilman, L. (2002). A Dog and a “Happy Person” Visit Nursing Home Residents. *Western Journal of Nursing Research*, 24(6), 671–683. doi:10.1177/019394502320555412
- Kawamura, N., Niiyama, M. e Niiyama, H. (2009). Animal-assisted activity: experiences of institutionalized Japanese older adults. *Journal of Psychosocial Nursing and Mental Health Services*, 47 (1), 41-47. doi:10.3928/02793695-20090101-08
- Lei nº8/2017, disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/106549655>
- Martins, M. de F., Pieruzzi, P. A. P., Santos, J. P. F., Brunetto, M. A., Fruchi, V. M., Ciari, M. B., Luppi, M. e Zoppa, L. M. de. (2014). Grau de apego dos proprietários com os animais de companhia segundo a Escala Lexington Attachment to Pets. *Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science*, 50(5), 364. doi:10.11606/issn.2318-3659.v50i5p364-369
- Martins, R. (2006). Envelhecimento e políticas sociais. *Revista Millenium*. Número 32. Viseu: Instituto Politécnico de Viseu, disponível em http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/408/1/Envelhecimento_e_pol%c3%adticas_sociais.pdf

- Martins, V. (2018). *O fenómeno dos animais de estimação na realidade lisboeta*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- McNicholas, J., Gilbey, A., Rennie, A., Ahmedzai, S., Dono, J.-A., & Ormerod, E. (2005). Pet ownership and human health: a brief review of evidence and issues. *BMJ*, 331(7527), 1252–1254. doi:10.1136/bmj.331.7527.1252
- McNicholas, J. (2008). *Pets and older people in residential care*. Burford: Society for Companion Animal Studies, disponível em http://176.32.230.19/scas.org.uk/wp-content/uploads/2013/03/3.Pets_and_older_people_report.pdf
- McNicholas, J. (2014). The role of pets in the lives of older people: a review. *Working with Older People*, 18(3), 128–133. doi:10.1108/wwop-06-2014-0014
- Messent, P. & Serpell, J. (1981). A historical and biological view of the pet-owner bond. In Bruce Fogle (Ed.), *Interrelations between people and pets* (pp. 5-22). Illinois: Charles C. Thomas
- Miranda, M. (2011). *A importância do vínculo para os donos de cães e gatos nas famílias portuguesas* (Dissertação de Mestrado Integrado em Medicina Veterinária). Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto
- Montagner, H. (1993). *A vinculação: a aurora da ternura*. Lisboa: Instituto Piaget
- Ormerod, E. (2012). Supporting older people with pets in sheltered housing. *In Practice*, 34(3), 170–173. doi:10.1136/inp.e1041
- Pimentel, L. (2001). *O Lugar do Idoso na Família – Contextos e trajetórias*. Coimbra: Quarteto
- Poestges, A., Gresser, U., & Maria Richartz, B. (2016). The Impact of a Pet, in This Case a Dog, on Physical Activity, Independence, Social Contacts, Health and Quality of Life of Elderly People. *Advances in Aging Research*, 05(04), 83–95. doi:10.4236/aar.2016.54009

- Prosser, L., Townsend, M., & Staiger, P. (2008). Older people's relationships with companion animals: a pilot study. *Nursing Older People*, 20(3), 29–32. doi:10.7748/nop2008.04.20.3.29.c6496
- Raina, P., Waltner-Toews, D., Bonnett, B., Woodward, C., & Abernathy, T. (1999). Influence of Companion Animals on the Physical and Psychological Health of Older People: An Analysis of a One-Year Longitudinal Study. *Journal of the American Geriatrics Society*, 47(3), 323–329. doi:10.1111/j.1532-5415.1999.tb02996.x
- Reynolds, A. (2012). Pets as therapy: where is the evidence? *Nursing and Residential Care*, 14(9), 478–481. doi:10.12968/nrec.2012.14.9.478
- Ricci, G. dela, Torelli, C., Martins, M. de F., & Almeida, T. W. de. (2014). Animais Solidários: A Zooterapia como Extensão Universitária para Idosos Institucionalizados. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 11 (0), 113. doi:10.11606/issn.2316-9060.v11i0p113-121
- Rogers, J., Hart, L. A., & Boltz, R. P. (1993). The Role of Pet Dogs in Casual Conversations of Elderly Adults. *The Journal of Social Psychology*, 133(3), 265–277. doi:10.1080/00224545.1993.9712145
- Sable, P. (1995). Pets, Attachment, and Well-Being across the Life Cycle. *Social Work*, 40 (3), 334-341. doi: 10.1093/sw/40.3.334
- Scheibeck, R., Pallauf, M., Stellwag, C., & Seeberger, B. (2011). Elderly people in many respects benefit from interaction with dogs. *European Journal of Medical Research*, 16(12), 557. doi:10.1186/2047-783x-16-12-557
- Schollossberg, N., Anderson, M. & Goodman, J. (2012). *Counseling adults in transition: linking Schollossberg's theory to practice in a diverse world*. (4^{ed}). New York: Springer.
- Serpell, J. A., & Paul, E. S. (2011). Pets in the Family: An Evolutionary Perspective. *Oxford Handbooks Online*. doi:10.1093/oxfordhb/9780195396690.013.0017

- Smith, R., Johnson, J., & Rolph, S. (2011). People, pets and care homes: a story of ambivalence. *Quality in Ageing and Older Adults*, 12(4), 217–228. doi:10.1108/14717791111191144
- Smolkovic, I., Fajfar, M., & Mlinaric, V. (2012). Attachment to pets and interpersonal relationships: Can a four-legged friend replace a two-legged one? *Journal of European Psychology Students*, 3, 15. doi:10.5334/jeps.ao
- Sousa, L., Figueiredo, D. & Cerqueira, M. (2004). *Envelhecer em família - os cuidados familiares na velhice*. Porto: Ambar
- Takayanagi, K., Kirita, T., & Shibata, T. (2014). Comparison of Verbal and Emotional Responses of Elderly People with Mild/Moderate Dementia and Those with Severe Dementia in Responses to Seal Robot, PARO. *Frontiers in Aging Neuroscience*, 6(257). doi:10.3389/fnagi.2014.00257
- Tamura, T., Yonemitsu, S., Itoh, A., Oikawa, D., Kawakami, A., Higashi, Y., Nakajima, K. (2004). Is an Entertainment Robot Useful in the Care of Elderly People With Severe Dementia? *The Journals of Gerontology Series A: Biological Sciences and Medical Sciences*, 59(1), M83–M85. doi:10.1093/gerona/59.1.m83
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs (DESA), Population Division (2017). *World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables.*, disponível em https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf
- Veterinária Atual (2016, 2 de Março). Portugal tem 6,7 milhões de animais de estimação [artigo online], disponível em <http://www.veterinaria-atual.pt/na-clinica/portugal-tem-67-milhoes-de-animais-de-estimacao/>
- Vining, J. (2003). The Connection to Other Animals and Caring for Nature. *Human Ecology Review*, 10 (2), 87-99, disponível em <http://www.apjh.humanecologyreview.org/pastissues/her102/102vining.pdf>

- Voight, V. (1981). Attachment between people and their pets: behavior problems of pets that arise from the relationship between pets and people In Bruce Fogle (Ed.), *Interrelations between people and pets* (pp. 271-294). Illinois: Charles C. Thomas
- Watt, D., & Pachana, A. (2007). The Role of Pet Ownership and Attachment in *Older Adults*. *The Australian Journal of Rehabilitation Counselling*, 13(01), 32–43. doi:10.1375/jrc.13.1.32
- Wells, D. L. (2009). The Effects of Animals on Human Health and Well-Being. *Journal of Social Issues*, 65(3), 523–543. doi:10.1111/j.1540-4560.2009.01612.x
- Winefield, H. R., Black, A., & Chur-Hansen, A. (2008). Health effects of ownership of and attachment to companion animals in an older population. *International Journal of Behavioral Medicine*, 15(4), 303–310. doi:10.1080/10705500802365532

Anexos

Anexo A. Pedido de colaboração para o estudo - Idosos



Porto, ____ de Novembro de 2017

Exmo. (a) Sr. (a) Diretor (a) Técnico (a)

Assunto: Pedido de colaboração para estudo de investigação

Eu, Sara Alexandra Ferreira Correia, estudante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto estou a realizar um trabalho de investigação, sob a orientação da Prof.^a Doutora Maria Raquel Barbosa (raquel@fpce.up.pt), no âmbito do Mestrado em Psicogerontologia.

O estudo, intitulado “**Expetativas de idosos e profissionais relativamente à integração de animais de estimação em instituições**” procura explorar as expetativas de idosos e profissionais, acerca da integração de animais de estimação em estruturas residenciais para idosos. Para tal, pretende-se conhecer a opinião de **idosos** que frequentem o **Centro de Dia**, relativamente à presença ou não de animais de estimação nas instituições, através de uma entrevista (com duração de 20 a 30 minutos)

Venho, por este meio, solicitar a colaboração de V. Ex.^a, para realizar algumas entrevistas na instituição pela qual é responsável, ficando a aguardar o seu parecer.

Agradeço, desde já, a sua colaboração, estando ao dispor para qualquer informação.

Com os melhores cumprimentos,

A investigadora

Anexo B. Pedido de colaboração para o estudo - Profissionais



Porto, ____ de Novembro de 2017

Exmo. (a) Sr. (a) Diretor (a) Técnico (a)

Assunto: Pedido de colaboração para estudo de investigação

Eu, Sara Alexandra Ferreira Correia, estudante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto estou a realizar um trabalho de investigação, sob a orientação da Prof.^a Doutora Maria Raquel Barbosa (raquel@fpce.up.pt), no âmbito do Mestrado em Psicogerontologia.

O estudo, intitulado “**Expetativas de idosos e profissionais relativamente à integração de animais de estimação em instituições**” procura explorar as expetativas de idosos e profissionais, acerca da integração de animais de estimação em estruturas residenciais para idosos. Para tal, pretende-se conhecer a opinião dos técnicos e profissionais que trabalham em instituições de acolhimento a pessoas idosas, relativamente à presença ou não de animais de estimação nas instituições, através de uma entrevista (com duração de 20 a 30 minutos).

Venho, por este meio, solicitar a colaboração de V. Ex.^a, para realizar algumas entrevistas na instituição pela qual é responsável, ficando a aguardar o seu parecer.

Agradeço, desde já, a sua colaboração, estando ao dispor para qualquer informação.

Com os melhores cumprimentos,

A investigadora

Anexo C. Consentimento informado



Consentimento informado

Expetativas de idosos e profissionais relativamente à integração de animais de estimação em instituições

Eu _____, estou de acordo em colaborar com o trabalho de investigação e compreendi a explicação que me foi dada.

Autorizo a gravação áudio da entrevista em que vou participar.

A minha participação neste estudo é voluntária e posso recusar participar em qualquer altura, sem qualquer consequência para mim.

Data: ____ / ____ / 2017

Assinaturas

O/A participante: _____

A investigadora: _____

Anexo D. Guião de entrevista - Idoso



Entrevista semiestruturada

Expetativas de idosos e profissionais, perante a integração de animais de estimação em instituições

Esta entrevista enquadra-se no âmbito da minha dissertação de Mestrado em Psicologia e tem como objetivo conhecer a opinião das pessoas que têm animais de estimação, relativamente às políticas existentes nas instituições.

Esta entrevista terá uma duração compreendida 20 e 30 minutos e será gravada em suporte de áudio, se assim o permitir.

GUIÃO DE ENTREVISTA

Idoso

Sexo: ____ Idade ____ Estado civil _____ Habilitações: _____

Com que vive: _____

Tem filhos? _____

Onde: (casa própria; casa de um filho/a; Instituição...) _____

Atividade profissional (passada e presente) _____

Atividades de tempos livres/lazer: _____

1. Que animal de estimação tem?
2. Como obteve o seu animal de estimação?
3. Há quanto tempo tem o seu animal?

4. Teve algum animal de estimação na infância ou adolescência? Se sim, qual? Durante quanto tempo?
5. O que é que o seu animal é/significa para si?
6. Quem cuida do seu animal de estimação?
7. Quanto tempo passa com o seu animal?
8. Que vantagens e desvantagens identifica por ter um animal de estimação?
9. Não sei se já alguma vez pensou nesta questão ou se fará sentido, no seu caso, mas perante a possibilidade da sua entrada para uma instituição (lar), o que aconteceria ao seu animal de estimação? No caso de isso não ser uma hipótese para si, o que faria se estivesse nessa situação?

(no caso desta possibilidade não ter sido referida na resposta acima). Se existisse a possibilidade de o levar consigo para a instituição, levá-lo-ia?
10. A maioria dos lares de idosos não permite animais de estimação. Porque acha que isso acontece? (que dificuldades antecipa, que sugestões faria, o que mudaria para benefício de ambas as partes?)
11. Quer acrescentar mais alguma coisa que considere importante para esta entrevista?

Anexo E. Guião de entrevista - Profissional



Entrevista semiestruturada

Expetativas de idosos e profissionais, perante a integração de animais de estimação em instituições

Esta entrevista enquadra-se no âmbito da minha dissertação de Mestrado em Psicologia e tem como objetivo conhecer a opinião dos técnicos e profissionais que trabalham em instituições de acolhimento a pessoas idosas relativamente à presença ou não de animais de estimação nas instituições.

Esta entrevista terá uma duração compreendida 20 e 30 minutos e será gravada em suporte de áudio, se assim o permitir.

GUIÃO DE ENTREVISTA

Profissional

Sexo: _____ Idade _____ Habilitações: _____

Profissão _____

Há quanto tempo trabalha nesta instituição: _____

Foi uma escolha trabalhar com idosos? _____

Tem algum animal de estimação? _____ Qual? _____

1. A instituição tem ou teve algum animal de estimação? Se sim, qual? Há quanto tempo? (em caso de resposta negativa, passar à questão 8)

2. Como obtiveram o animal?

3. Quem cuida do animal?
4. O que pensa da presença de animais em instituições para idosos? Tem benefícios? E aspetos negativos?
5. É permitido aos residentes trazerem o seu animal de estimação para a instituição aquando da sua entrada? Porquê? / Se não, já foi aberta alguma exceção? (Ainda se não, incentivam os idosos a manterem o relacionamento com os seus animais? (idas a casa, o animal vir à instituição...))
6. A maioria dos lares de idosos não permite animais. Porque acha que isto acontece? Na sua opinião, as instituições deveriam permitir e criar condições para os idosos manterem o relacionamento com os seus animais?
7. Estudos recentes apontam que por vezes, as dificuldades de adaptação do idoso ao lar podem estar relacionadas com a perda/separação do seu animal de estimação. Tinha conhecimento deste facto?
 - 7.1 - Na sua opinião, os técnicos e colaboradores deveriam ter formação a este nível, para compreenderem e ajudarem o idoso a lidar com a situação?
8. A instituição já pensou em ter um animal de estimação? Porquê? (voltar à questão 3)
9. Quer acrescentar alguma informação que considere pertinente para esta temática/questão e que nos possa ser útil?

Anexo F. Tabelas de caracterização dos participantes

Tabela 1. Caracterização dos Idosos

PARTICIPANTE	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	HABILITAÇÕES	COM QUEM VIVE	HABITAÇÃO	ATIVIDADE PROFISSIONAL	LOCALIDADE	ANIMAL
IDm_1	M	66	Casado	6º Ano	Esposa	Própria	Empresário	Oliveira de Azeméis	Gatos
IDf_2	F	71	Casada	4º Ano	Marido e filhos	Própria	Doméstica	Sta. Mª da Feira	Cão
IDf_3	F	77	Viúva	4º Ano	Só	Própria	Telefonista	Sta. Mª da Feira	Cão e gato
IDf_4	F	72	Viúva	9º Ano	Filhos	Própria	Administrativa	Sta. Mª da Feira	Gato
IDm_5	M	76	Casado	Licenciatura	Esposa	Própria	Técnico Oficial de Contas	Vila Nova de Gaia	Cão
IDf_6	F	73	Casada	4º Ano	Marido	Própria	Hotelaria	Espinho	Cão
IDf_7	F	66	Solteira	7º Ano	Irmã	Própria	Auxiliar de Ação Direta	Espinho	Cão e gatos
IDm_8	M	88	Viúvo	4º Ano	Só	Própria	Marceneiro	Vila Nova de Gaia	Cães e pássaros
IDf_9	F	90	Viúva	3º Ano	Filha	Filha	Tecelagem	Vila Nova de Gaia	Cão
IDm_10	M	98	Viúvo	4º Ano	Só	Própria	Picheleiro	Sta. Mª da Feira	Cães
IDf_11	F	87	Viúva	3º Ano	Filho	Arrendada	Doméstica	Sta. Mª da Feira	Cão
IDm_12	M	78	Viúvo	Analfabeto	Só	Própria	Metalúrgico	Sta. Mª da Feira	Gatos
IDf_13	F	82	Casada	2ª Ano	Marido	Própria	Serração	Sta. Mª da Feira	Cão
IDm_14	M	96	Viúvo	Analfabeto	Com outros	Arrendada	Serração	Estarreja	Cão
IDf_15	F	81	Viúva	4º Ano	Só	Própria	Lavoura	Estarreja	Cães

Tabela 2. *Caraterização dos Técnicos*

PARTICIPANTE	SEXO	IDADE	HABILITAÇÕES	AREA PROFISSIONAL	TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO	ANIMAL DE ESTIMAÇÃO	ESPECIE
TECf_1	F	24	Licenciatura	Enfermagem	3 meses	Sim	Cão e gato
TECf_2	F	27	Licenciatura	Terapia Ocupacional	3 anos	Não	-
TECf_3	F	29	Licenciatura	Enfermagem	2 anos	Sim	Cão
TECf_4	F	44	Licenciatura	Serviço Social (Diretora Técnica)	18 anos	Sim	Cães e peixes
TECf_5	F	40	Licenciatura	Animação Sociocultural	13 anos	Não	-
TECf_6	F	33	Licenciatura	Psicologia	8 anos	Sim	Cães
TECm_7	M	63	Licenciatura	Diretor geral (Direção)	25 anos	Sim	Cães
TECf_8	F	31	Licenciatura	Psicologia	8 anos	Sim	Peixe e tartaruga
TECf_9	F	38	Licenciatura	Animação Sociocultural	17 anos	Sim	Tartaruga
TECf_10	F	34	Licenciatura	Animação Sociocultural	10 anos	Sim	Cães e gato
TECm_11	M	36	Mestrado	Serviço Social (Diretor Técnico)	8 anos	Sim	Cães

Tabela 3. Caracterização dos Colaboradores

PARTICIPANTE	SEXO	IDADE	HABILITAÇÕES	PROFISSÃO	TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO (em anos)	ANIMAL DE ESTIMAÇÃO	ESPÉCIE
CLBf_1	F	40	12º ano	Auxiliar de geriatria (Encarregada Geral)	8	Sim	Cão
CLBf_2	F	25	12º ano	Administrativa	5	Sim	Cão, gato e papagaio
CLBf_3	F	45	9º ano	Auxiliar de ação direta	23	Sim	Cão e pássaro
CLBf_4	F	27	12º ano	Auxiliar de ação direta	3	Sim	Gato
CLBf_5	F	52	4º ano	Auxiliar de ação direta	11	Sim	Gato
CLBf_6	F	33	12º ano	Auxiliar de ação direta	18	Sim	Cão
CLBf_7	F	45	9º ano	Auxiliar de ação direta	12	Sim	Cão e gato
CLBf_8	F	22	12º ano	Auxiliar de ação direta	2	Sim	Cão
CLBf_9	F	48	12º ano	Auxiliar de ação direta	8	Sim	Gatos

Tabela 4. Caracterização das Instituições

INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	RESPOSTA SOCIAL	NATUREZA JURÍDICA	ANIMAL DE ESTIMAÇÃO	ESPECIE
A	Vila Nova de Gaia	ERPI	Entidade lucrativa	Sim	Pássaros e cão
B	Vila Nova de Gaia	ERPI; SAD; CD	Misericórdia	Sim	Pássaros
C	Estarreja	Creche; Pré-escolar; CD; ERPI	IPSS	Sim	Peixe
D	Santa Maria da Feira	ERPI	Fundação	Sim	Cão e gato
E	Vale de Cambra	Creche; SAD; CD; ERPI; Atendimento/Acompanhamento Social	Fundação	Não	-
F	Estarreja	ERPI	IPSS	Sim	Cão e gatos
G	Porto	CD; ERPI	Entidade Lucrativa	Não	-
H	Santa Maria da Feira	Creche, SAD, CD, ERPI, Atendimento/Acompanhamento Social	IPSS	Sim	Cão, gato e pássaro
I	Murtosa	SAD; CD; ERPI	Misericórdia	Sim	Cão
J	Oliveira de Azeméis	SAD; CD; ERPI; Centro Comunitário	Misericórdia	Não	-
L	Ovar	Creche; Pré-escolar; SAD; ERPI	Misericórdia	Sim	Pássaros
M *	Santa Maria da Feira	CD; SAD	IPSS	Sim	Peixes
N *	Santa Maria da Feira	CD; SAD; CATL	IPSS	Sim	Pássaro
O *	Vila Nova de Gaia	Pré-escolar; SAD; CD	IPSS	Sim	Peixes
P *	Estarreja	Creche; Pré-escolar; SAD, Centro de Convívio; CD; Atendimento/Acompanhamento Social	IPSS	Não	-

Legenda: ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; CD – Centro de Dia; CATL – Centro de Atividades e Tempos Livres; IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

* Instituições onde foram apenas realizadas entrevistas a idosos, que frequentavam o Centro de Dia.

Anexo G. Quadro de categorias e subcategorias

Quadro 1. Categoria “Relação do idoso com o seu animal de estimação”

Categorias	Subcategorias		Unidades de análise (exemplo)
<p>1. Relação do idoso com o seu animal de estimação</p>	<p>1.1 Significado O significado atribuído ao animal de estimação</p>	<p>1.1.1 Família</p>	<p>“É a minha família de casa” IDm_8</p> <p>“(…) muitas vezes os animais são o que de mais próximo de uma pessoa eles têm, não é? Muitos idosos estão isolados e mesmo quando têm filhos, os filhos não moram com eles, portanto o animal é a presença mais constante na vida deles.” TECf_6</p>
		<p>1.1.2 Amigo</p>	<p>“Este sempre foi um amigalhaço meu” IDm_14</p> <p>“Um bom amigo e é melhor... sei lá! Compreende-me melhor do que a família.” IDf_2</p>
		<p>1.1.3 História de vida / Identidade</p>	<p>“Os animais são seres vivos que fazem parte da vida, da história de uma pessoa, que fazem parte da família e que são amados. Há um investimento na relação com o animal de estimação. E devemos proporcionar e devemos dar uma continuidade à história dessa pessoa, porque também faz parte da identidade dela.” TECf_8</p>
	<p>1.2 Importância A importância que o animal adquire na vida do idoso, assim como as vantagens e desvantagens apontadas.</p>	<p>1.2.1 Presença ou ausência</p>	<p>“Sempre conheci cães e gatos cá em casa.” IDf_7</p> <p>“Era raro ter animais.” IDm_14</p> <p>“Ele é um bichinho... Se ele nos faltar, vai ser uma tristeza.” IDf_11</p>

Categorias	Subcategorias		Unidades de análise (exemplo)
<p>1. Relação do idoso com o seu animal de estimação</p>	<p>1.2 Importância A importância que o animal adquire na vida do idoso, assim como as vantagens e desvantagens apontadas.</p> <p>(cont.)</p>	<p>1.2.2 Vantagens e desvantagens</p>	<p><i>“É uma companhia” IDm_8</i></p> <p><i>“Muitos deles não têm ninguém em casa e acabam por ser a companhia deles quando chegam a casa.” CLBf_4</i></p> <p><i>“ (...) guarda bem a casa” IDf_2</i></p> <p><i>“ Nunca se zanga. Nunca está, nunca fica aborrecida, nem... nem ressentida. Não. Na hora aquilo passa. Eu basta-lhe pôr a mão e passou tudo”. IDf_6</i></p> <p><i>“ (...) acho que é a fidelidade, a lealdade que ela tem” IDm_5</i></p> <p><i>“ (...) foi também para o meu marido mais uma ajuda, pois com a doença dele (...) ajuda muito na parte até da ausência do meu marido. Eu recuperei imenso.” IDf_4</i></p> <p><i>“Gera-se (...) um ciclo de obrigações que põe os nossos neurónios a funcionar... eu acho que isso também é bom porque nos espreita a mente...” IDf_7</i></p> <p><i>“...é mau se ele ferrar em alguém” IDf_3</i></p> <p><i>“ ... a não ser que ele não tenha as vacinas ou que não seja tratado ou tenha alguma doença...” IDf_6</i></p>
	<p>1.3 A prestação de cuidados A relação de cuidados.</p>	<p>1.3.1 Idoso como cuidador</p>	<p><i>“Levo daqui o comer para lhe dar.” IDm_14</i></p> <p><i>“ Às vezes nem queriam comer para poder levar para o cão ou para os gatos.” TECf_5</i></p>

Categorias	Subcategorias		Unidades de análise (exemplo)
1. Relação do idoso com o seu animal de estimação	1.4 Futuro do animal O futuro do animal perante a (possível) institucionalização do dono.	1.4.1 Guarda do animal	“ (...) o meu filho tomaria conta dela” IDf_5 “ (...) só se eu desse o cão a alguém que estimasse” IDf_2 “ Eu ia abate-lo, não havia outra volta a dar” IDm_14
		1.4.2 Levar o animal para a instituição	“ (...) se eu tivesse que ir, ela tinha de ir comigo.” IDf_6 “ Iria ponderar não ir para o lar por causa do animal (...) ou me deixavam levá-la ou eu não ia para um lar (...) porque eu não a queria perder” IDf_7

Quadro 2. Categoria “O animal em contexto institucional”

Categorias	Subcategorias	Unidades de análise (exemplo)
<p>2. O animal em contexto institucional</p>	<p>2.1 Vantagens As vantagens inerentes à presença de um animal numa instituição.</p>	<p>2.1.1 Segurança física</p> <p>“ (...) acaba por ser uma segurança para nós (...) ela também pode ver algo que nós não vemos na parte de fora e também acaba por nos alertar mais cá dentro, principalmente no turno da noite.” CLBf_8</p>
		<p>2.1.2 Segurança emocional</p> <p>“ (...) é uma mais-valia porque também se lembram da casa. Porque isto é a casa deles e eles como em casa tinham animais, para eles é muito bom ter animais aqui também.” CLBf_1</p> <p>“Na terceira idade existe muito o abandono, não é? E por muito que nós tentemos ser a família que alguns não têm, é diferente haver ali aquele carinho incondicional de um animal. Acho que faz muita diferença, muita.” CLBf_2</p> <p>“ (...) que muitas vezes os filhos e as pessoas que lhe são queridas, não estejam aqui tantas vezes, quanto aquilo que é desejável. E muitas vezes o animal acaba por compensar essa ausência.” TECf_4</p>
		<p>2.1.3 Promotor de bem-estar</p> <p>“Eles sentem-se ativos, eles sentem-se úteis” CLBf_1</p> <p>“Principalmente para estas pessoas assim com demência. Eu acho que lhes ia fazer muito bem. Ia distrai-los mais um bocado, ia acalmá-los.” CLBf_3</p> <p>“É um estímulo sensorial por causa do toque e do cheiro.” TECf_10</p>
		<p>2.1.4 Imagem social da instituição</p> <p>“ Os animais neste tipo de instituição também melhoram a imagem social das instituições na comunidade.” TECf_10</p>

Categorias	Subcategorias		Unidades de análise (exemplo)
2. O animal em contexto institucional	2.2 Desvantagens As desvantagens inerentes à presença de um animal numa ERPI.	2.2.1 Questões de higiene e saúde legais	<p>“ (...) pode haver pessoas alérgicas e nós tendo um animal e entrando uma pessoa alérgica, isso pode ser um problema!” CLBf_2</p> <p>“ (...) temos de ter cuidado para não se atropelarem nos pés deles.” TECf_8</p> <p>“ (...) ter que limpar as coisas que eles sujasse” CLBf_3</p>
		2.2.2 Questões internas	<p>“Não sei quais são os motivos dele (Presidente da Direção), mas entende que animais cá dentro que não.” TECf_4</p> <p>“Isso é uma questão, que se calhar, deveria ser colocada superiormente. Porque nós somos técnicos da instituição, mas não tomamos essas decisões.” TECf_6</p> <p>“Eu penso que será a nível logístico, porque os quartos são partilhados.” CLBf_1</p>
		2.2.3 Relacionadas com o animal	<p>“Dependia do tamanho do animal.” TECf_2</p> <p>“ (...) quando são animais bastante jovens e que ainda precisam de ser ensinados” TECf_4</p> <p>“Assim tem muita gente que gosta e depois tem outros que não gostam. Não sei se será por fobia ou não gostarem mesmo de animais.” CLBf_8</p> <p>“ A única questão é que temos pessoas que não gostam e que os animais não estão para estar dentro de casa e tenho idosos que me dizem isto diariamente.” TECf_9</p>

Categorias	Subcategorias	Unidades de análise (exemplo)
2. O animal em contexto institucional	2.2 Desvantagens As desvantagens inerentes à presença de um animal numa instituição	2.2.4 Questões arquitetónicas <i>“Falta de espaço para acolher os animais.” IDf_7</i> <i>Portanto, podemos ter um animal na instituição, no exterior só. E se for no exterior, ele não vai servir para conviver com eles, porque... porque eles não vão, não vão lá para fora.” CLBf_2</i> <i>“Não há tanta interação porque ela está lá fora. São poucos os que andam lá por fora (...) e como está lá fora é um condicionante realmente para a interação.” TECf_10</i>
		2.2.6 Questões legais <i>“Entretanto não tivemos mais nenhum, porque a nível legal ainda não é muito fácil...” CLBf_2</i>
	2.3 (Possíveis) soluções As possíveis soluções perante a introdução e permanência de um animal numa instituição.	2.3.1 Condições de segurança e higiene <i>“ (...) desde que garanta, pronto, as condições de higiene e segurança para os idosos, tanto para os animais.” TECf_1</i>
		2.3.2 A nível interno <i>“Devem ser decididas pelos técnicos (...) que conseguem dosear na balança o que é benefício e aquilo que não é benefício (...) Eu acho que cabe ao técnico e acho que nesse aspeto, as Direções devem ouvir os técnicos e respeitar a decisão dos técnicos.” TECf_4</i> <i>“Da autorização dos restantes residentes, não é?” TECf_2</i>

Categorias	Subcategorias		Unidades de análise (exemplo)
<p>2. O animal em contexto institucional</p>	<p>2.3 (Possíveis) soluções As possíveis soluções perante a introdução e permanência de um animal numa instituição.</p> <p>(cont.)</p>	<p>2.3.3 Recursos humanos e família</p>	<p><i>“ (...) deveria haver um técnico, alguém que lide, que treine para fazer essa ligação, porque nós não sabemos certas técnicas de trabalhar com o animal (...) pelo menos num momento inicial.”</i>TECm_11</p> <p><i>“ (...) não podemos leva-lo a casa do idoso para cuidar ou estar um bocadinho com o seu animal. Acho que isso é também um bocadinho a parte da família, porque não é por estarem aqui que deixam de ter família, não é?”</i> CLBf_6</p>
		<p>2.3.4 Características do animal</p>	<p><i>“Dependia do tamanho do animal, como é que era o animal...”</i> TECf_2</p> <p><i>“Tinha que ver como é que era o animal, a reação, como é que ele se dava com os outros.”</i> TECm_7</p>
		<p>2.3.5 Questões arquitetónicas</p>	<p><i>“ Quando se projeta um lar deveria ser pensada essa situação... Criar condições em paralelo para o acolhimento dos animais”</i>IDf_7</p>

